

2020

Cadernos de Questões Comentadas do Teste de Progresso

Direito



FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO

Presidente

Antonio Luiz da Silva Laginestra

Vice-Presidente

Jorge Farah

Secretário

Luiz Fernando da Silva

Vogais

José Luiz da Rosa Ponte

Kival Simão Arbex

Paulo Cezar Wiertz Cordeiro

Wilson José Fernando Vianna Pedrosa

CONSELHO CURADOR

Alexandre Fernandes de Marins

Carlos Alfredo Carracena

Eduardo Pacheco Ribeiro de Souza

José Luiz Guedes

Luiz Roberto Veiga Corrêa de Figueiredo

DIREÇÃO GERAL

Luis Eduardo Possidente Tostes

F977 Fundação Educacional Serra dos Órgãos.
Centro Universitário Serra dos Órgãos.

Caderno de questões comentadas do Teste de Progresso – Direito /
Fundação Educacional Serra dos Órgãos. --- Teresópolis: UNIFESO, 2020.
78 f.

1-Fundação Educacional Serra dos Órgãos. 2- Centro Universitário Serra dos
Órgãos. 3- Teste de Progresso. 4- Direito. I. Título.

CDD 340

EDITORA UNIFESO

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto- Teresópolis -RJ-CEP:25.964-004

Telefone: (21) 2641-7184

E-mail: editora@unifeso.edu.br

Endereço Eletrônico:

<http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

Copyright© 2020

Direitos adquiridos para esta edição pela Editora
UNIFESO

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

MANTIDA: CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS - UNIFESO

CHANCELARIA

Antonio Luiz da Silva Laginestra

REITORIA

Verônica Santos Albuquerque

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

José Feres Abido Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCHS

Ana Maria Gomes de Almeida

Curso de Graduação em Administração

Jucimar André Secchin

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Jucimar André Secchin

Curso de Graduação em Direito

Lucas Baffi Ferreira Pinto

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE - CCS

Mariana Beatriz Arcuri

Curso de Graduação em Ciências

Biológicas

Carlos Alfredo Franco Cardoso

Curso de Graduação em Enfermagem

Selma Vaz Vidal

Curso de Graduação em Fisioterapia

Andréa Serra Graniço

Curso de Graduação em Medicina

Simone Rodrigues

Curso de Graduação em Medicina

Veterinária

André Vianna Martins

Curso de Graduação em Nutrição

Natália Boia Soares Moreira

Curso de Graduação em Odontologia

Alexandre Vicente Garcia Suarez

Curso de Graduação em Psicologia

Ana Maria Pereira Brasílio de Araújo

CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA – CCT

Vivian Telles Paim

Curso de Graduação em Curso de

Arquitetura e Urbanismo

Felipe Pinheiro Teixeira

Curso de Graduação em Ciência da

Computação

Laion Luiz Fachini Manfroi

Curso de Graduação em Engenharia de

Produção

Rafael Murta Pereira

Curso de Graduação em Engenharia Civil

Heleno da Costa Miranda

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Roberta Montello Amaral

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Edenise da Silva Antas

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Solange Soares Diaz Horta

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Michele Mendes Hiath Silva

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

CENTRO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – CESO

Roberta Franco de Moura Monteiro

CLÍNICA-ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Andréa Serra Graniço

CLÍNICA-ESCOLA DE MEDICINA VETERINÁRIA

Rafael Rempto

CLÍNICA-ESCOLA DE ODONTOLOGIA PROF. LAUCYR PIRES DOMINGUES

Leonardo Possidente Tostes

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE TERESÓPOLIS COSTANTINO OTTAVIANO – HCTCO

Rosane Rodrigues Costa

APRESENTAÇÃO

O Teste de Progresso foi desenvolvido na década de setenta nas Escolas de Medicina da Universidade Kansas, nos EUA, e de Limburg, na Holanda. No Brasil foi aplicado em sessenta cursos de Medicina no ano de 1999, por determinação da CINAEM. No UNIFESO, esse teste é aplicado desde o ano de 2007 para os cursos de Graduação em Medicina, Enfermagem e Odontologia e a partir do ano de 2008 para os demais. No curso de graduação em Administração, o teste é aplicado a todos os discentes, mantendo-se a mesma complexidade das questões para todos os períodos. São sessenta questões de múltipla escolha, sendo dez de conhecimento geral e cinquenta de conhecimento específico formuladas e/ou escolhidas pelo nosso corpo docente, que contém como base os conteúdos programáticos dos cinco anos do curso.

O Teste de Progresso é um instrumento que permite avaliar o progresso do estudante, das turmas, do currículo e das ferramentas avaliativas, além disso é um instrumento fundamental para a garantia de uma AUTO-AVALIAÇÃO DISCENTE e do curso.

ORGANIZADORA

Roberta Montello Amaral

AUTORES

Ana Carolina Conceição Penha

Ana Lucia Torres dos Santos

Antonio Carlos Pimentel

Caio Marcio Gutterres Taranto

Carla Ferreira Goncalves

Carlos Eduardo Martins

Carlos Henrique Ramos

Christiane Vaz Sa Viana

Claudia Aguiar Silva Britto

Cristiane Borborema Chache

Debora Lubrano de Mendonca

Eliza Maria de Oliveira Bianchi

Eneisa Miranda Bittencourt Sobreira

Erika Kubik da Costa Pinto

Felipe Cavalieri Tavares

Fernando Rangel Alvarez dos Santos

Gisele Alves de Lima Silva

Joaquim Humberto Coelho de Oliveira

Jose Carlos Zebulum

Josimar Domingues Teixeira

Jucinea de Cassia Granito Da Rosa

Julio Cesar Figueiredo Offredi

Litiane Motta Marins Araujo

Lucas Baffi Ferreira Pinto

Maria da Conceicao Monteiro de Magalhaes

Paulo Cruz da Silva Junior

Raphael Vieira da Fonseca Rocha

Renato Meirelles Guerra Neto

Ricardo Pereira de Sousa Lobato

Tatiana Calandrino Maranhao

Victor Eduardo da Silva Lucena

Edição 2020

1.(UNIFESO, 2020) Quem não paga, não está seguro, podendo até ser morto como um recado aos demais moradores que tenham oposição a essa dinâmica. Surgem daí algumas “funções” e “representações” tais como: cobrança de taxa de proteção; exploração clandestina por meio da centralização de serviços como gás, televisão a cabo, imóveis, telefonia e transporte alternativo; oposição aos narcotraficantes e ao domínio territorial de facções; segurança alternativa provida por policiais, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares que passam a compor este grupo.

Identifique nas alternativas abaixo a nomenclatura que designa este tipo de grupo.

- (A) Força Nacional de Segurança Pública
- (B) Grupo Tático 3
- (C) Milícia
- (D) Companhia de Operações Especiais
- (E) Movimento Nacionalista Revolucionário

INTENÇÃO

Verificar se o estudante identifica a atuação e a designação da associação criminosa conhecida como milícia.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a letra B. As demais alternativas correspondem a uma lista de forças de operações especiais que são oficiais e, portanto, não são criminosas. Inicialmente, na década de 70, as milícias, organizações criminosas, surgiram agindo exclusivamente como grupos de extermínio formados por ex-policiais militares. Porém, no início dos anos 2000, esses grupos começaram a operar diretamente nas favelas e a lucrar com a venda de terrenos e pela cobrança de taxas para moradores como de segurança, luz, água, gás e telefonia.

REFERÊNCIAS

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia_\(crime\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mil%C3%ADcia_(crime)),
https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_for%C3%A7as_de_oper%C3%A7%C3%B5es_especiais,
<https://bandnewsfmrio.com.br/editorias-detalmes/especialistas-falam-sobre-atuacao-de-milicias>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Sociedade e Cultura

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

2. (UNIFESO, 2020) “Fake News” é um termo cunhado para designar notícias falsas, inexatas ou incompletas sobre um determinado movimento civil, partido político ou pessoa. Ocorre em todos os lugares do mundo e se disseminam velozmente através da internet.

Num mundo hiperconectado, nem sempre temos tempo de refletir sobre o que lemos e, assim, tendemos a acreditar em tudo que recebemos em nossas redes sociais.

Após a última eleição do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi revelado que potenciais eleitores do candidato republicano receberam em suas redes sociais fake news sobre sua opositora Hillary Clinton. Desta maneira, essas pessoas mudaram seu voto e, assim, deram a vitória a Trump.

PORQUE

É preciso estar atento ao que se compartilha nas redes sociais. Uma tarefa simples é desconfiar se a matéria vem sem assinatura do jornalista. Vale também copiar alguns trechos e pesquisá-la em outras fontes. O mesmo acontece com as imagens que nem sempre retratam a realidade.

Analise a relevância do repasse de notícias sem a averiguação de sua veracidade e o impacto que isto pode causar. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma negação da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II não justifica a I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é um questionamento da I.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reflete sobre a influência das Fake News e o prejuízo de espalhar notícias sem averiguar a veracidade do que é veiculado pela internet e redes sociais.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a letra B. Ambas as asserções são verdadeiras e a segunda não justifica a primeira. A primeira assertiva aborda um fato relacionado à notícia falsa que causou um grande impacto nas eleições americanas. A segunda assertiva retrata, de modo genérico, a importância de todos estarem atentos ao que compartilham nas redes sociais, inclusive dando dicas para verificar se a fonte é ou não confiável. As Fake News têm um grande poder viral, isto é, espalham-se rapidamente. As informações falsas apelam para o emocional do leitor/espectador, fazendo com que as pessoas consumam o material “noticioso” sem confirmar se é verdade o seu conteúdo. O poder de persuasão das Fake News é maior em populações com menor escolaridade e que dependem das redes sociais para obter informações. No entanto, as notícias falsas também podem alcançar pessoas com mais estudo, já que o conteúdo está comumente ligado ao viés político. No escândalo da eleição de Trump, o Facebook reconheceu que até 126 milhões de seus usuários foram expostos a publicações de uma empresa ligada ao Kremlin chamada Internet Research Agency durante a campanha eleitoral, o equivalente a um terço da população norte-americana. O Twitter identificou 3.814 contas dedicadas a essa atividade. Os serviços de espionagem dos EUA acusam diretamente Moscou de orquestrar todo um esquema que incluiu a invasão dos e-mails dos democratas, notícias falsas e propaganda para favorecer a chegada de Donald Trump ao poder em detrimento de Hillary Clinton.

REFERÊNCIAS

<https://www.todamateria.com.br/atualidades-enem/>,

<https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/o-que-sao-fake-news.htm>,

https://pt.wikipedia.org/wiki/Not%C3%ADcia_falsa,
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/24/internacional/1519484655_450950.html,

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Sociedade e Cultura

TIPO DE QUESTÃO

Asserção-razão

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

3. UNIFESO, 2020) As redes sociais, inicialmente, foram utilizadas principalmente pelos jovens como mero "instrumento" de comunicação e com o único propósito de fazer contato com várias pessoas de seu interesse. Não tão recentemente, algumas instituições de ensino passaram a utilizar a internet e as redes sociais como ferramentas pedagógicas. As redes sociais podem gerar novas sinergias entre os membros de uma comunidade educativa ao facilitar o compartilhamento de informações, contemplando temas estudados em sala de aula, o estudo em grupo, a divulgação dos mais diversos conteúdos informativos tais como: documentos, apresentações, links, vídeos. Além disso, fortalece o envolvimento dos alunos e professores, ampliando um canal de comunicação entre eles.

As afirmativas abaixo descrevem possibilidades diversas quanto à utilização da internet e das redes sociais. Analise os pontos positivos e os riscos e identifique quais possibilidades são integralmente verdadeiras.

I - Convidar os estudantes de séries diferentes para participarem de grupos de estudo nas redes - separados por turma ou por instituições de ensino - pode ajudar o professor a diagnosticar as dúvidas e os assuntos de interesse a serem trabalhados presencialmente em sala de aula ou a distância.

II - Os alunos passam muitas horas nas redes sociais, por isso, há a tendência de valorizar conteúdos compartilhados pelo professor no ambiente virtual, propiciando maior alcance do que se apenas centralizasse todo o material didático impresso numa pasta em determinado setor do estabelecimento de ensino.

III - Aproveitar o tempo que os estudantes passam na internet para promover debates interessantes sobre temas do cotidiano ajuda os alunos a desenvolverem o senso crítico e, via de regra, incentiva os mais tímidos a manifestarem suas opiniões.

IV - É preciso estar atento quanto aos crimes virtuais: roubo de informações, desvio de dinheiro de contas bancárias, sites falsos de compra eletrônica, crimes contra a honra (injúria, calúnia e difamação). Felizmente, quando se trata de conteúdo científico, há um filtro tecnológico que garante a segurança das informações compartilhadas.

V - Aquilo que se registra na rede, seja em imagens ou palavras, atinge pessoas conhecidas e desconhecidas, em velocidade inimaginável e incontrolável, por isso, a ética no ambiente virtual precisa ser discutida em casa e na escola com o propósito de educar as pessoas a fazerem uso saudável da internet e, assim, evitar contratemplos.

As afirmações são verdadeiras e falsas conforme sequência abaixo:

(A) V-F-V-F-V.

(B) F-V-F-V-F.

(C) F-F-F-F-V.

(D) V-V-V-F-V.

(E) V-V-V-V-F.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante distingue pontos positivos dos riscos quanto a utilização da internet e das redes sociais.

JUSTIFICATIVA

As afirmações I, II, III e V são verdadeiras. A afirmação IV é falsa, pois não há um filtro tecnológico que garanta a segurança das informações compartilhadas. Há casos de má-fé em que perfis falsos são criados para divulgar notícias inescrupulosas sobre uma pessoa, prejudicando a sua vida em todos os âmbitos. Assim, qualquer informação verdadeira ou falsa pode ser divulgada e compartilhada na rede. Por isso, é importante saber utilizar a internet e as redes sociais na esfera particular, na acadêmica e na profissional, com ética.

REFERÊNCIAS

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-importancia-das-redes-sociais-para-a-educacao/55197>, <http://educacao.estadao.com.br/blogs/blog-dos-colegios-rio-branco/o-impacto-das-redes-sociais-na-educacao/>,
file:///C:/Users/046383/Downloads/Esp%20M%C3%ADdias%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Redes%20Sociais%20e%20a%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20MILOLO.pdf

NÍVEL DE DIFICULDADE

Médio

CATEGORIA

Educação

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

4. (UNIFESO, 2020) “O método preferencial das ciências indígenas é a visão da totalidade do mundo. O indivíduo deve buscar compreender e conhecer ao máximo o funcionamento da natureza, não para dominá-la e controlá-la, mas para seguir e respeitar sua lógica, seus limites e potencialidades em benefício de sua própria vida enquanto ser preferencial e privilegiado na criação. O saber é mais do que querer criar ou saber dizer, é saber fazer, baseado em conhecimentos acumulados no decorrer da vida.”

(LUCIANO, G.S. O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas de hoje, 2016, p. 171).

Uma das formas de o índio vivenciar e reproduzir o conhecimento e a cultura de sua tribo é por meio da arte. As artes indígenas possuem sua fonte de inspiração em uma tradição milenar e representam a filosofia de um povo, os seus valores, gostos, estilo, práticas sociais e religiosas. Considerando a grande diversidade de tribos indígenas no Brasil, pode-se dizer que, em conjunto, elas se destacam na arte:

(A) da cerâmica, do trançado e dos enfeites do corpo.

(B) da “escultura livre em pé”, da escultura helenística e xilogravura.

(C) cênica, concentrando-se na tragédia e comédia a partir dos dilemas da existência.

(D) bizantina em manifestações de pintura, arquitetura, mosaico e escultura com temas religiosos.

(E) fotográfica, cinematográfica e produção de jogos de multimídia a partir do convívio com outras tribos.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece algumas características da arte na cultura indígena.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta está na Letra A. De maneira geral, a arte indígena se destaca na cerâmica, no trançado e nos enfeites do corpo. Esta arte está, na maioria das vezes, intimamente relacionada à cosmologia e às práticas xamânicas específicas de cada povo. Possui, ainda, uma relação forte com o meio ambiente, que oferece uma grande variedade de matérias-primas para a fabricação dos mais variados artefatos. Entretanto, na sociedade moderna, esta atividade ainda possui conotações de inferioridade em relação às noções de arte, ignorando-se a qualidade e continuidade histórica destas manifestações. Por outro lado, nas últimas décadas, tem-se observado esforços tanto por parte dos índios, que hoje estão mais bem informados, como por parte de antropólogos, artistas, curadores de museus ou bienais, em valorizar as artes indígenas a partir de novas atitudes teóricas, estéticas e participativas.

REFERÊNCIAS

<https://www.museudoindio.org.br/arte-indigena-pinturas-ceramicas-e-plumagem/>
VIDAL, Lux Boelitz; LEVINHO, José Carlos; GRUPIONI, Luís Donisete. A Presença do Invisível: Vida Cotidiana e Ritual entre os Povos Indígenas do Oiapoque. Rio de Janeiro: Iepé - Museu do Índio, 2016, p. 43.

<http://brasilecola.uol.com.br/historiag/arte-crista.htm>,

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Educação

TIPO DE QUESTÃO

Complementação Simples

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

5. (UNIFESO, 2020) Em 6 de fevereiro de 2020, foi sancionada a Lei 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Dentre as medidas listadas abaixo, identifique quais poderão ser adotadas pelas autoridades, no âmbito de suas competências.

I – Isolamento.

II – Quarentena.

III – Uso obrigatório de máscara de proteção individual (Lei nº 14.019 de 2020) em locais fechados como shoppings e templos, apenas.

IV – Realização voluntária de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação e outras medidas profiláticas ou tratamentos específicos em caso de comprovação de teste positivo em familiar pertencente ao grupo de risco.

V - Determinação de realização compulsória de exames médicos, testes laboratoriais, coleta de amostras clínicas, vacinação e outras medidas profiláticas ou tratamentos médicos específicos.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e V.**
- (D) I, II e III.
- (E) II, III e IV.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece as medidas de saúde pública para enfrentamento do Coronavírus, distinguindo detalhes que tornam alguns distratores falsos.

Justificativa: A resposta correta é a alternativa C, com as afirmativas I, II e V onde são apresentadas algumas medidas que podem ser impostas pelas autoridades visando à saúde pública. A afirmativa III está errada porque a Lei nº 14.019 de 2020 apresenta a obrigatoriedade do uso da máscara em espaços públicos e privados. A afirmativa IV é falsa ao abordar a realização de exames é voluntária em caso de comprovação de teste positivo em familiar pertencente ao grupo de risco.

REFERÊNCIAS:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14019.htm,

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm,

<https://www.migalhas.com.br/quentes/321555/ministerio-da-saude-regulamenta-medidas-de-enfrentamento-do-coronavirus>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Política e Cidadania

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

6. (UNIFESO, 2020) O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, com aplicação durante o estado de calamidade pública em razão da Pandemia do Coronavírus, foi instituído por meio da Medida Provisória nº 936 de 2020, a qual foi convertida em lei no dia 6 de julho do mesmo ano.

Se houver a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e, ainda, a suspensão temporária do contrato de trabalho deverá ser concedido o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda.

A quem cabe pagar e operacionalizar esse benefício?

- (A) Ministério da Economia.**
- (B) Ministério da Cidadania.
- (C) Ministério de Infraestrutura.
- (D) Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- (E) Ministério do Desenvolvimento Regional.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece medidas trabalhistas complementares para o enfrentamento do estado de calamidade pública em decorrência da Pandemia da COVID-19.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa A. Conforme determina a Lei nº 14.020 de 6 de julho de 2020, em seu Art. 5º, § 6º, "o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda será operacionalizado e pago pelo Ministério da Economia".

REFERÊNCIAS

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm,
<https://www.contabeis.com.br/artigos/6176/mp-936-e-convertida-em-lei-empresas-ja-podem-prorrogar-beneficios/>, <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/141375>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Política e Cidadania

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

7. (UNIFESO, 2020) Em 2016, às vésperas da Olimpíada, uma notícia chamou a atenção sobre a ginástica artística do Brasil: um técnico da seleção brasileira havia sido afastado por suspeita de abuso sexual contra um atleta menor de idade. Dois anos depois, um escândalo veio à tona com denúncias de abuso envolvendo mais de 40 ginastas.

Compare as declarações de atletas, profissionais da área, familiares, psicólogo(a) abaixo e identifique em qual delas está descrita a indignação por parte do genitor em relação aos fatos citados:

(A) "É muita gente envolvida no esporte e acontece um fato como esse que mancha nossa história de treinadores. Precisamos renovar o ambiente para que as crianças se sintam à vontade para praticar o esporte de novo. Mas que bom que tudo isso foi exposto".

(B) "Os moleques tinham medo. Eu estava pedindo ajuda a todos para irem depor, todos que sofreram. Da época do meu filho, todos infelizmente pararam a ginástica. Eu questionei muito o meu filho. Perguntei: Por que não me contou antes?"

(C) "Os técnicos precisam garantir a segurança dos atletas nos clubes. É importante que tudo seja acompanhado de perto. Clubes e confederações têm de criar métodos para identificar coisas assim".

(D) "O abusador é, em geral, alguém que exerce poder direto sobre a vítima na modalidade – um treinador, um dirigente. Muitas vezes há ameaças de 'acabar com a carreira' daquele atleta se ele disser alguma coisa".

(E) "Enquanto a gente não der ouvido ao que a criança fala... Porque a criança fala de muitos jeitos, às vezes é uma mudança de temperamento que fala muita coisa. Então é necessário que a gente esteja aberto para ouvir as crianças".

INTENÇÃO

Verificar se o estudante interpreta a ideia central do enunciado da questão - indignação por parte do genitor - e o associa ao depoimento correspondente.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a alternativa B porque retrata o abalo sofrido por um dos pais frente aos relatos de abuso sexual no esporte. Tal indignação está clara quando o genitor afirma que questionou muito o filho, perguntando-lhe: “Por que não me contou antes?” As demais alternativas apenas fazem alusão a opiniões de atletas e demais profissionais bem como a descrição de características comuns de abusadores.

REFERÊNCIAS

<https://esporte.uol.com.br/ginastica/ultimas-noticias/2018/05/08/jade-barbosa-diz-que-caso-de-assedio-e-mancha-e-pede-protecao-a-ginastas.htm>,
<https://dibradoras.blogosfera.uol.com.br/2018/05/01/os-motivos-que-ainda-calam-o-abuso-sexual-no-esporte/>,
<http://interativos.globoesporte.globo.com/ginastica-artistica/abuso-na-ginastica/especial/escandalo-na-ginastica>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA: ÉTICA

Tipo de questão
Interpretação

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

8. (UNIFESO, 2020) Em Minnesota, EUA, George Floyd, de 40 anos, morreu asfixiado em 25 de maio de 2020 enquanto o policial que o rendeu manteve-se ajoelhado sobre seu pescoço. Fortes imagens que circulam amplamente nas redes sociais, filmadas por testemunhas, mostram que Floyd afirmou que estava sendo sufocado diversas vezes. “Não consigo respirar”, disse, repetidamente. Além de ignorar os pedidos da vítima, o vídeo de dez minutos mostra que os policiais também ignoraram os gritos das pessoas que presenciaram a abordagem abusiva. Clamando por justiça, centenas de pessoas se reuniram no local onde aconteceu o episódio, com cartazes da campanha “Black Lives Matter”.

Identifique quais afirmativas abaixo caracterizam o Black Lives Matter.

I - Trata-se de um movimento ativista internacional com origem na comunidade africana, especificamente em Guiné-Bissau.

II - Este movimento organiza protestos em torno da morte de negros causada por policiais.

III - Defende as causas dos negros queer e trans, pessoas com deficiência, negros sem documentos, mulheres e todas as negras que vivem no espectro de gênero.

IV – Defende as causas de trabalho escravo em que o sujeito é obrigado a prestar um serviço sem receber um pagamento ou receber um valor insuficiente para suas necessidades.

V - Defende o Apartheid, regime segregacionista em que apenas uma minoria negra detém o poder político e econômico na África do Sul, desde que sejam proprietários de terras.

As afirmações são verdadeiras e falsas conforme sequência abaixo:

(A) V-F-V-F-V.

(B) F-V-F-V-F.

(C) F-V-V-F-F.

(D) F-V-V-V-F.

(E) V-V-V-V-F.

INTENÇÃO

Verificar se o estudante identifica a atuação do Movimento Black Lives Matter, bastante veiculado nas mídias a partir do episódio de violência policial que resultou na morte do americano George Floyd, gerando comoção internacional.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a letra C. Apenas as afirmações II e III são verdadeiras. A afirmação I é falsa, pois a origem do Movimento Black Lives Matter é atribuída à comunidade afro-americana, nos Estados Unidos. A afirmação IV é falsa, pois a causa do trabalho escravo não é uma das vertentes defendidas por este movimento. A afirmação V é falsa, pois este movimento não traz relação com o Apartheid.

REFERÊNCIAS

https://pt.wikipedia.org/wiki/Black_Lives_Matter,
<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/morte-de-homem-negro-asfixiado-por-policiais-nos-eua-gera-indignacao-internacional>,
<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/28/morte-de-homem-negro-asfixiado-por-policiais-nos-eua-gera-indignacao-internacional>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Ética

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

9. (UNIFESO, 2020) Em abril de 2019, um forte temporal provocou enchentes em várias localidades do Rio de Janeiro, atingindo comunidades como a Rocinha, Rio das Pedras e Babilônia, onde moradores foram soterrados por deslizamentos. O Jardim Botânico foi atingido por fortes correntezas descendo das encostas da Floresta da Tijuca, carregando pedras, arrastando carros e destruindo asfalto pelas ruas.

De acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, os desastres naturais são classificados quanto à natureza em: biológicos, geofísicos, climatológicos, hidrológicos e meteorológicos. Dentre os conceitos abaixo, identifique quais os tipos de desastres naturais aconteceram no Rio de Janeiro, conforme descrição acima.

I - As inundações são acumulações temporais de água nas áreas naturais ao leito principal do rio. Por não serem alagadas perenemente, essas áreas tendem a ser ocupadas, gerando fortes impactos sobre as populações locais quando inundadas – desastre natural hidrológico.

II - As enxurradas são fluxos de água torrencial durante os períodos de chuvas. São também conhecidas como enchentes produzidas após chuvas com altas intensidades, as quais ocorrem, em geral, no final das tardes de verão – desastre natural meteorológico.

III - Os deslizamentos (ou escorregamentos) são processos que englobam uma variedade de tipos de movimentos de massa de solos, rochas ou detritos, encosta abaixo, gerados pela ação da gravidade, em terrenos inclinados – desastre natural hidrológico com movimento de massa.

IV - Uma epidemia é a concentração de determinados casos de uma doença em um mesmo local e época, claramente em excesso em relação ao que seria teoricamente esperado – desastre natural biológico.

V - Os vulcões compreendem uma estrutura geológica criada quando o magma, gases e partículas quentes (como cinza vulcânica) “escapam” para a superfície. Eles ejetam altas quantidades de poeira, gases e aerossóis na atmosfera, interferindo no clima – desastre natural geofísico.

Estão corretas as afirmativas:

(A) I e II

(B) II e III

(C) III e IV

(D) IV e V

(E) I apenas a I

INTENÇÃO

Verificar se o estudante reconhece o conceito de desastres naturais na sua classificação quanto à natureza, associando ao fato exposto.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a letra B, pois na situação descrita, o forte temporal que aconteceu em abril de 2019, no Rio de Janeiro, provocou enxurradas e deslizamentos. A alternativa I, que explica o fenômeno “inundação” não foi o caso da localidade, pois não houve acumulação de água a partir das áreas que circundam um rio. Quanto às demais alternativas que abordam o vulcão e a epidemia, estão erradas pois não contextualizam a situação apresentada.

REFERÊNCIAS

http://www3.inpe.br/crs/crectalc/pdf/silvia_saito.pdf,

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47864611>,

<http://www.mma.gov.br/perguntas-frequentes-acesso.html>,

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/doencas/epidemia.htm>

NÍVEL DE DIFICULDADE

Difícil

CATEGORIA

Meio Ambiente

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

10. (UNIFESO, 2020) Em maio de 2019, seis brasileiros da mesma família foram vitimados por um acidente doméstico numa viagem em Santiago, no Chile. A família dos turistas relatou que receberam telefonemas de seus parentes e que falavam coisas desconexas e sem sentido. Preocupados, os familiares entraram em contato com a polícia brasileira. Um delegado de Florianópolis, por sua vez, acionou o consulado brasileiro em Santiago, que enviou um representante ao apartamento. O diplomata chegou ao local acompanhado de agentes da polícia, que tiveram que entrar à força no imóvel depois que ninguém respondeu à campainha. Quando abriram a porta, os seis corpos foram encontrados. As janelas do apartamento estavam fechadas. O laudo revelou que morreram por intoxicação proveniente de um gás liberado por um aquecedor que estava sem manutenção há 15 anos.

Qual é este gás?

- (A) Gás Metano (CH_4)
- (B) Monóxido de Carbono (CO)
- (C) Gás Butano (C_4H_{10})
- (D) Dióxido de Enxofre (SO_2)
- (E) Gas Propano (C_3H_8)

INTENÇÃO

Verificar se o estudante identifica qual gás tóxico é liberado por um aquecedor de uso doméstico.

JUSTIFICATIVA

A resposta correta é a letra B. O monóxido de carbono é produto da combustão incompleta, ou seja, da queima em condições de pouco oxigênio de combustíveis fósseis (lenha, carvão vegetal e mineral, gasolina, querosene, óleo diesel, gás), sistemas de aquecimento, usinas termelétricas a carvão, queima de biomassa e tabaco. Os primeiros sinais de intoxicação por monóxido de carbono são as dores de cabeça, náuseas e fadiga. Estes sintomas ocorrem lentamente. Se a exposição ao monóxido de carbono se mantiver, a pessoa começa a sentir tonturas, distúrbios de comportamento, perda de consciência e em seguida entra em coma e morre. As demais alternativas apresentam: o metano que é produzido pela decomposição de materiais orgânicos, tais como madeira ou animais mortos; o butano que é um combustível gasoso derivado do petróleo utilizado principalmente para cozinhar e em isqueiros; o dióxido de enxofre que resulta da queima do enxofre e está em maior concentração no diesel; o aldeído resultante da queima de combustível é o produto exclusivo da combustão do álcool.

REFERÊNCIAS

<https://ndmais.com.br/noticias/autopsia-deve-confirmar-causa-da-morte-dos-seis-brasileiros-em-santiago-no-chile/>,
<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48390190>,
<https://www.ecycle.com.br/2350-monoxido-de-carbono>,
https://pt.wikipedia.org/wiki/Intoxica%C3%A7%C3%A3o_por_mon%C3%B3xido_de_carbono

NÍVEL DE DIFICULDADE

Fácil

CATEGORIA

Meio Ambiente

TIPO DE QUESTÃO

Resposta Única

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

11. (XXIX OAB, 2019) Tício, advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, foi preso em flagrante delito por causar lesão corporal grave em Mévio durante uma briga em um bar após uma discussão sobre assuntos futebolísticos.

Com base no disposto no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta no que se refere ao auto de prisão em flagrante:

(A) É nula a prisão em flagrante sem que haja a presença de representante da OAB para lavratura do Auto de Prisão.

(B) É válida a prisão em flagrante sem a presença de representante da OAB, tendo em vista que a prisão em flagrante não ocorreu por motivo ligado ao exercício da advocacia, não sendo necessária a adoção de quaisquer outras providências.

(C) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça fixou o entendimento de que para os casos como o narrado acima, a lavratura do auto de prisão em flagrante não é viciada e independe de comunicação à seccional da OAB respectiva.

(D) A prisão em flagrante poderá ser válida sem a presença de representante da OAB, desde que haja comunicação expressa à seccional respectiva da OAB.

(E) A prisão é válida, uma vez que o delito praticado deu-se por fato não relacionado ao exercício da advocacia, o que dispensa a exigência de formalidades da condição de advogado.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente quanto às prerrogativas do advogado quando em prisão em flagrante. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplinas: Ética Profissional

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na recorrência do tema nas provas da Ordem dos Advogados do Brasil. As prerrogativas dos advogados, por vezes, são assimiladas por senso comuns, não havendo o discente efetuado a leitura correta da Lei nº 8.906/1994. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica (P5). No caso-problema, está em debate o artigo 7º, inciso IV do Estatuto que garante ao advogado “ter a presença de representante da OAB, quando preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, para lavratura do auto respectivo, sob pena de nulidade e, nos demais casos, a comunicação expressa à seccional da OAB”. Dessa forma, o item “D” está correto, sendo os itens “A”, “B”, “C” e “E” errados. Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça não se pronunciou acerca da validade da prisão em flagrante independente de comunicação à seccional da OAB respectiva.

REFERÊNCIAS

Art. 7º, VII, da Lei nº 8.906/1994.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

12. (UNIFESO, 2020) Ana é advogada, regularmente inscrita nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil. Há poucos dias, ela teve a notícia de que fora aprovada no processo de adoção de Clara Devidamente regularizada, a criança passou a residir com a advogada, concretizando o processo de adoção. Sobre os direitos de Ana como adotante o Estatuto da OAB dispõe que ela apenas não fará jus ao direito de:

(A) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.

(B) suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente.

(C) preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição.

(D) acesso a creche, onde houver.

(E) acesso a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, especialmente quanto às prerrogativas da advogada, quando adotante, tema nova, incluído pela Lei 13.363/2016. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problema (C1). Disciplinas: Ética Profissional

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na recorrência do tema nas provas da Ordem dos Advogados do Brasil. As prerrogativas da advogada adotante é tema introduzido recentemente no Estatuto da OAB pela Lei 13.363/2016, devendo ser explorado para conhecimento do discente. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica (P5). No caso-problema, está em debate o artigo 7º-A, sendo prerrogativas da advogada adotante apenas a suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente; preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição; d) acesso a creche, onde houver, e a local adequado ao atendimento das necessidades do bebê. O direito de reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais é garantido apenas à advogada gestante. Dessa forma, o item “A” está correto, sendo os itens “B”, “C”, “D” e “E” errados.

REFERÊNCIAS

Art. 7º-A, da Lei nº 8.906/1994.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

13. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho:

“[...] o Estatuto define os órgãos da OAB, mas segundo o modelo do federalismo, ou seja, um centro unificador, dividido em partes autônomas dotadas de competências próprias e privativas.”.

Sobre a estrutura federativa da OAB, esta possui:

(A) Um Conselho Federal, com sede no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria; 5 Conselhos Seccionais, com jurisdição para cada região do país, dotados de personalidade jurídica própria; criadas em Seccionais com mais de quinhentos inscritos; diversas Subseções que serão partes autônomas do Conselho Seccional.

(B) Um Conselho Federal, com sede no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria; 27 Conselhos Seccionais, com jurisdição para cada Estado e o Distrito Federal, dotados de personalidade jurídica própria; Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, criadas em Seccionais com mais de mil e quinhentos inscritos; diversas Subseções que serão partes autônomas do Conselho Seccional.

(C) Um Conselho Federal, com sede no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria; 5 Conselhos Seccionais, com jurisdição para cada região do país, dotados de personalidade jurídica própria; criadas em Seccionais com mais de quinhentos inscritos; diversas Subseções dotadas de personalidade jurídica própria.

(D) Um Conselho Federal, com sede no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria; 27 Conselhos Seccionais, com jurisdição para cada Estado e o Distrito Federal, dotados de personalidade jurídica própria; Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, criadas em Seccionais com mais de mil e quinhentos inscritos; diversas Subseções dotadas de personalidade jurídica própria.

(E) Um Conselho Federal, com sede no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria; 27 Conselhos Seccionais, com jurisdição para cada Estado e o Distrito Federal, dotados de personalidade jurídica própria; Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, criadas em Seccionais com mais de quinhentos inscritos; diversas Subseções dotadas de personalidade jurídica própria.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara da Ética Profissional, busca verificar o conhecimento do discente sobre a estrutura da Ordem dos Advogados do Brasil. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problema (C1). Disciplinas: Ética Profissional

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na verificação do conhecimento do discente sobre a organização estrutural do órgão de classe, tema recorrente nas provas da Ordem dos Advogados do Brasil. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica (P5). Na questão, está em análise o artigo 45 da Lei 8.906/1994. Conforme dispõe o artigo e seus parágrafos, a OAB possui os seguintes órgãos, com as respectivas características: (A) Um Conselho Federal, com sede no Distrito Federal, dotado de personalidade jurídica própria; 27 Conselhos Seccionais, com jurisdição para cada Estado e o Distrito Federal, dotados de personalidade jurídica própria; Caixas de Assistência dos Advogados, dotadas de personalidade jurídica própria, criadas em

Seccionais com mais de mil e quinhentos inscritos; diversas Subseções que serão partes autônomas do Conselho Seccional. Portanto, a alternativa “B” é a correta.

Referências: LOBO, Paulo. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

14. (UNIFESO, 2020) A Antropologia e a Sociologia são disciplinas que compõe o grupo das Ciências Sociais. Enquanto a primeira estuda a cultura e o comportamento humano, a segunda trabalha com as relações sociais, com ênfase no indivíduo e na sociedade. Ambas disciplinas se aprofundaram no estudo do Direito, dando origem à Antropologia do Direito e à Sociologia do Direito, cada qual com seus autores específicos. Sobre o tema e a dogmática apresentada por seus autores, está correto o que se afirma em:

I) Niklas Luhmann afirma em sua obra o Direito é um sistema “autopoietico”, sendo operacionalmente fechado, mas simultaneamente aberto cognitivamente, ao traçar a comunicação entre Ambiente e Sistema, ou melhor, entre Sociedade e Direito.

II) Clifford Geertz analisa a relutância do Direito em substituir o ir e vir hermenêutico de “é/deve ser”, ou seja, aquilo que ocorreu em face de como a lei quer que ocorra, para o “se/então” das normas genéricas e o “como/portanto” dos casos concretos, objeto da antropologia jurídica.

III) Jurgen Habermas defende um modelo do direito que seja pautado na comunicação. Essa teoria comunicacional não baseia o sistema jurídico na transcendência (jusnaturalismo), nem na superposição com a legalidade (positivismo), ela desloca a legitimação do Direito na sua forma discursiva, legitimado na (e pela) própria prática da comunicação.

(A) II, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara Sociologia e Antropologia Jurídica, busca verificar o conhecimento do discente das dogmáticas apresentadas pelos principais autores das disciplinas. Enquanto Niklas Luhmann e Jurgen Habermas apresentam conceitos voltados à Sociologia Jurídica, Clifford Geertz atua no campo da Antropologia Jurídica. Avalia, portanto a capacidade do discente de desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar (C13). Disciplina: Sociologia e Antropologia Jurídica.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na ênfase dada a três autores de relevância no estudo da Sociologia e da Antropologia Jurídica. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito (C5), bem como formação generalista, humanística e axiológica. Da leitura das referências principais dos citados autores, encontra-se as afirmativas em destaque. Logo, o gabarito da questão é a letra “E”. As demais alternativas estão incorretas, pois todas as assertivas são verdadeiras.

REFERÊNCIAS

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. (B Democracia. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997; LUHMANN, NIKLAS. **Introdução À Teoria Dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de respostas múltiplas.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

15. (UNIFESO, 2020) É sabido que uma economia fechada e sem governo é composta por dois agentes: indivíduos e empresas. Os indivíduos, indispensáveis para que a economia funcione e se observe o fluxo circular de renda, são os donos dos fatores de produção.

Veja a seguinte lista:

- I. Mão de obra
- II. Governo
- III. Terra
- IV. Impostos
- V. Moeda
- VI. Recursos naturais
- VII. Máquinas
- VIII. Equipamentos

Nesta lista, aqueles considerados fatores de produção são os itens:

(A) I, III, VI, VII e VIII, somente.

(B) I, III, VI e VIII, somente.

(C) I, III, VI e VII, somente.

(D) I, III, V, VI e VII, somente.

(E) Todos os itens.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Economia Política, busca verificar o conhecimento do discente acerca dos fatores de produção. Avalia, portanto a capacidade do discente de desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar (C13). Disciplina: Introdução à Economia e à Economia Política.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente para identificar nos fatores de produção os itens indispensáveis à produção de bens. Nesta categoria se enquadram mão de obra, terra, recursos naturais, máquinas e equipamentos. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito (C5). Logo, a alternativa “A” é a correta, estando as demais assertivas erradas.

REFERÊNCIAS

GREMAUD, Amaury Patrick, et al. Manual de Economia. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de respostas múltiplas.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

16. (UNIFESO, 2020) Norberto Bobbio afirma que “o estudo das regras de conduta, em particular das regras jurídicas, apresenta muitos problemas interessantes e atuais [...], é que toda norma jurídica pode ser submetida a três valorações distintas, e que estas valorações são independentes umas das outras” (BOBBIO, Norberto. Teoria da Norma Jurídica. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Saudatti. Bauru-SP: EDIPRO, 2001).

Sobre essa afirmação, é incorreto afirmar que para Bobbio:

- (A) Uma norma pode ser válida sem ser justa.
- (B) Uma norma pode ser justa sem ser válida.
- (C) Uma norma pode ser eficaz sem ser válida.
- (D) Uma norma pode ser plausível sem ser justa.**
- (E) Uma norma pode ser eficaz sem ser justa.

INTENÇÃO

A questão, situada no estudo da teoria do Direito, busca verificar o conhecimento do discente na Teoria das Normas Jurídicas apresentada por Norberto Bobbio. Avalia, portanto a capacidade do discente de desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar (C13). Disciplina: Teoria do Direito.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na ênfase dada aos três critérios de valoração da norma jurídica apresentada na Teoria de Norberto Bobbio. O autor afirma que os três critérios são a justiça, validade e eficácia, não fazendo referência à plausibilidade. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito (C5), Logo, o gabarito da questão é a letra “D”. As demais alternativas estão de acordo com o preconizado pelo autor.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. Teoria da Norma Jurídica. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Saudatti. Bauru-SP: EDIPRO, 2001

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

17. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho abaixo:

“Perelman parte [...] da distinção básica de origem aristotélica entre raciocínios analíticos ou lógico-formais, por um lado, e raciocínios dialéticos ou retóricos, por outro, e situa sua teoria da argumentação nesse segundo item. Seu objetivo fundamental é ampliar o campo da razão para além dos confins das ciências indutivas ou empíricas, a fim de poder dar contra também dos raciocínios que ocorrem nas ciências humanas, no Direito e na Filosofia”.

(ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito. Teorias da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy, 2000).

Sobre os pressupostos da argumentação apresentados por Chaïm Perelman julgue os itens a seguir:

I. A argumentação possui quatro elementos fundamentais: o discurso, a oratória, o orador e o auditório.

II. São três os gêneros oratórios: o deliberativo diante da assembleia; o judicial diante dos juízes; o epidítico diante dos expectadores que não têm de se pronunciar.

III. A argumentação pode ser de três tipos: argumentação diante um auditório universal; a diante de um único ouvinte e a deliberação consigo mesmo.

É correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) II e III, apenas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca da teoria da argumentação jurídica apresentada por Chaïm Perelman. A competência observada é de dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito (C4) e adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito (C5). Disciplina: Hermenêutica e Argumentação Jurídica.

JUSTIFICATIVA

A importância se justifica na verificação do conhecimento sobre teoria da argumentação jurídica apresentada por Chaïm Perelman que será empregada pelo estudante no exercício profissional do Direito. Almeja-se um perfil do egresso que tenha adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais (P3). Na teoria da argumentação jurídica, fala-se em apenas três elementos: fundamentais: o discurso, a oratória e o auditório. Também, são apresentados três os gêneros oratórios: o deliberativo diante da assembleia; o judicial diante dos juízes; o epidítico diante dos expectadores que

não têm de se pronunciar. Por fim, a argumentação pode ser de três tipos: argumentação diante um auditório universal; a diante de um único ouvinte e a deliberação consigo mesmo. Logo, a afirmativa “I” está incorreta e as demais estão corretas. Assim, o gabarito da questão é a letra “E”.

REFERÊNCIAS

ATIENZA, Manuel. As Razões do Direito. Teorias da Argumentação Jurídica. São Paulo: Landy, 2000; PERELMAN, Chaïm. Chaïm e OLBRECHTSTYTECA, Lucie. Tratado da Argumentação. A Nova Retórica. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CATEGORIA

Fundamentos do Direito.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de respostas múltiplas.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

18. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho abaixo:

“São apertadíssimos os laços que prendem a Ciência Política ao Direito Constitucional. Entre os publicistas célebres da França, no século XX, autores há que se preocupam menos com o aspecto jurídico da Ciência Política do que propriamente com suas raízes na filosofia e nos estudos sociais. Naquele país, a Ciência Política, antes de chegar à maioria como disciplina autônoma, esteve quase toda contida no Direito, mormente no Direito Constitucional. A despeito do cisma operado, este ainda é o ramo da Ciência Jurídica cujo influxo mais pesa sobre a Ciência Política”

(BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 46).

Com base no trecho acima, é possível concluir que, para uma compreensão adequada do Direito Constitucional, é imprescindível que haja domínio acerca dos institutos básicos discutidos na Ciência Política. Com base no seu conhecimento acerca da Ciência Política e também da Teoria do Estado, avalie as afirmações a seguir.

I. O poder institucionalizado, próprio das organizações, compreende um conjunto de relações de comando e obediência objetivamente definidas, articuladas numa pluralidade de funções hierarquizadas e estavelmente coordenadas entre si.

II. O Estado Federal enquanto forma de governo representa a organização dada ao Estado no desenvolvimento de suas atividades governamentais e se caracteriza pela eletividade dos mandatos dos governantes.

III. A dominação de caráter tradicional é baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação.

É correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) II, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I e III, apenas.

(E) I, II e III.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca dos temas de poder, dominação, forma de Estado e forma de governo. A competência observada é a capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito (C7). Disciplina: Ciências Política e Teoria do Estado.

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de aprofundamento nas disciplinas propedêuticas, a fim de melhor compreender a dogmática jurídica, a importância da questão se justifica em verificar no discente a consolidação dos institutos e tópicos de Ciência Política e Teoria do Estado. Almeja-se um perfil do egresso com formação geral e humanística. (P1). A afirmativa I está correta. O poder estabilizado é aquele em que há uma alta probabilidade de que a pessoa realize com continuidade os comportamentos desejados por outro, traduzindo comando e obediência. Quando essa relação se articula numa pluralidade de funções claramente definidas e estavelmente coordenadas, fala-se em Poder institucionalizado. A afirmativa II está incorreta, por se tratar o Estado federado de uma forma de Estado não uma forma de governo. A afirmativa III está incorreta, pois descreve a dominação de caráter racional-legal. Logo, a alternativa correta é letra "A".

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2002; BOBBIO, Norberto. Dicionário de política. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese.

19. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho abaixo:

“Trata-se de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em face de atos omissivos e comissivos do Poder Executivo federal, praticados no contexto da crise de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19 (Coronavírus). [...] CONCEDO PARCIALMENTE A MEDIDA CAUTELAR na arguição de descumprimento de preceito fundamental [...] RECONHECENDO E ASSEGURANDO O EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA CONCORRENTE DOS GOVERNOS ESTADUAIS E DISTRITAL E SUPLEMENTAR DOS GOVERNOS MUNICIPAIS [...] para a adoção ou manutenção de medidas restritivas legalmente permitidas durante a pandemia [...]”.

(STF, ADPF nº 672/MC, voto do Min. Alexandre de Moraes, em 08.04.2020).

O parâmetro da ADPF é o denominado preceito fundamental. Até o momento, não há uma definição precisa por parte dos ministros do STF acerca desse conceito, havendo julgados que casuisticamente reconhecem ou afastam essa caracterização. Para a doutrina, preceitos fundamentais seriam normas qualificadas que veiculam princípios e servem de vetores de interpretação das demais normas do ordenamento jurídico. Sendo assim, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela que claramente elenca norma que NÃO pode ser caracterizada como preceito fundamental:

(A) Direitos e Garantias Fundamentais.

(B) Cláusulas Pétreas (Art. 60, §4º, CRFB/88).

(C) Previsão de manutenção do Colégio Pedro II na órbita federal (Art. 242, §2º, CRFB).

(D) Princípios Constitucionais Sensíveis (Art. 34, VII, CRFB/88).

(E) Princípios Gerais da Atividade Econômica (Art. 170, CRFB/88).

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca do tema “Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental”, seu parâmetro, bem como sobre os conceitos de normas constitucionais materiais e formais. A competência observada é a identificação do fenômeno jurídico e seus efeitos (C9 – utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas). Disciplinas: Direito Constitucional II.

JUSTIFICATIVA

A importância do tema está em verificar se o estudante conhece os parâmetros e objetos das ações de controle concentrado-abstrato, em especial a ADPF, que são importantes instrumentos de judicialização da política conforme se verifica no texto-base da questão (STF manifestando-se sobre a competência dos entes federados na atuação em medidas preventivas frente à COVID-19). Almeja-se um perfil do egresso com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. (P2). Conforme doutrina, são exemplos de preceitos fundamentais: os ‘princípios fundamentais’ do Título I; os integrantes da cláusula pétrea, os princípios constitucionais sensíveis, os direitos e garantias fundamentais e os princípios gerais da atividade econômica. A única alternativa que não contém normas que são caracterizadas como preceitos fundamentais é a letra “C”, visto que traz à baila norma apenas formalmente constitucional.

REFERÊNCIAS

NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 13. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: Juspodivm, 2018; ADPF nº 672/MC.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Compreensão.

20. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho abaixo:

“O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, afirmou nesta segunda-feira (27) que é ilusão pensar que cabe ao Judiciário o protagonismo no combate às fake news. Ele cobrou ações das plataformas responsáveis pelas redes sociais. [...] Segundo Barroso, seria difícil o Judiciário qualificar o que é ou não uma notícia falsa sem interferir no debate jurídico. Ele ressaltou também que os ritos da Justiça são incompatíveis com a velocidade de circulação das informações nas redes sociais. ‘Havia uma certa fantasia de que o TSE, o Judiciário ia ser o protagonista do enfrentamento das fake news. É uma ilusão. O Judiciário não tem condições de ser o protagonista no enfrentamento das fake news, disse Barroso. O protagonista devem ser as próprias mídias sociais, as próprias plataformas, completou’”.

(Portal de Notícias G1, Barroso diz que Judiciário não pode ser protagonista contra fake news e cobra redes sociais, disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/27/barroso-diz-que-judiciario-nao-pode-ser-protagonista-contra-fake-news-e-cobra-redes-sociais.ghtml>>).

Com a instauração do Inquérito nº 4.871, o assunto das fake news ganham progressivamente mais espaço nos debates públicos. A questão tem tamanha importância a ponto de poder influenciar direta ou indiretamente campanhas eleitorais, destacando-se os exemplos dos Estados Unidos da América e do Brasil. Além de impactos dessa natureza, também está envolvida no cerne da discussão sobre fake news o direito fundamental à privacidade. Com base no seu conhecimento acerca dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta:

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém podendo nela penetrar em consentimento do morador, salvo em caso de determinação judicial, nesse caso durante o dia ou a noite.

(B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo ocorrer censura por órgão governamental competente, com vistas à proteção da segurança nacional.

(C) O direito à privacidade e à liberdade de expressão são considerados direitos fundamentais de 3ª geração/dimensão.

(D) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato. Ainda que a Constituição proteja a liberdade de expressão, a vedação ao anonimato visa garantir a responsabilização de quem utilizar liberdade para causar danos a terceiros.

(E) O direito à privacidade é considerado um direito humano, porém tecnicamente não pode ser considerado um direito fundamental, tendo em vista que não foi internalizado pelo ordenamento constitucional brasileiro.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca do tratamento constitucional aos direitos fundamentais, em especial à privacidade e liberdade de expressão. A competência observada é o domínio de conceitos deontológico-profissionais e o desenvolvimento de perspectivas transversais sobre direitos humanos (C14). Disciplinas: Direito Constitucional I e Direito Constitucional II.

JUSTIFICATIVA

A importância do tema se justifica na medida que os recentes debates no Brasil sobre as fake news exigem do estudante de direito conhecimento consolidado sobre os direitos fundamentais, a fim de que possa encontrar soluções mediante utilização da melhor técnica jurídica. Almeja-se um perfil do egresso com capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais (P4). A alternativa “a” está errada, pois, conforme art. 5º, XI, da CRFB/88, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela

podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. A alternativa “b” está errada, pois, conforme art. 5º, IX, da CRFB/88, é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. A alternativa “c” está errada, pois esses direitos fundamentais estão mais relacionados à 1ª geração/dimensão. A alternativa “e” está errada, pois a privacidade é considerada direito fundamental, estando devidamente internalizada na ordem constitucional brasileira. Logo, a alternativa correta é a letra “D”, conforme prevê o art. 5º, IV, da CRFB/88.

REFERÊNCIAS

MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 34. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018; Art. 5º, IV, IX e XI da Constituição Federal de 1988.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIH)

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

21. (XXV OAB, 2018): Maria, domiciliada no Município Y, é operária em uma fábrica de painéis, laborando das 8:00h às 17:00h, com intervalo de uma hora para o almoço. Recebe, por seu trabalho, a quantia mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais). É mãe de Helena, que hoje conta com 02 (dois) anos e não dispõe de ninguém que possa auxiliá-las nos cuidados de sua filha, tampouco possui condições de matriculá-la em uma creche particular. Necessita, portanto, deixá-la em uma creche pública para que possa trabalhar durante o dia. Diante disso, procurou todos os órgãos municipais de sua cidade para conseguir uma vaga em uma creche pública. Entretanto, suas investidas restaram infrutíferas, sempre obtendo como justificativa, para a inexistência de vaga, que o Município Y não disponibilizou mais vagas nas creches já existentes e não há qualquer indicativo de que novas vagas serão criadas ainda este ano.

Em sua última tentativa de alocar sua filha em uma creche, Maria protocolizou um requerimento direcionado ao Secretário Municipal de Educação, obtendo, em 29 de agosto de 2016, a resposta, por escrito, de que não existe mais vagas disponíveis em nenhuma creche municipal. Diante da situação, assinale a alternativa que indica a medida judicial mais ágil e efetiva, dentre as existentes, para conseguir urgentemente uma vaga em creche em favor de Helena, de modo que esta possa ficar amparada enquanto Maria trabalha:

(A) Habeas Data.

(B) Mandado de Segurança.

(C) Habeas Corpus.

(D) Ação Popular.

(E) Mandado de Injunção.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca dos Remédios Constitucionais, em especial o Mandado de Segurança. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar das normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplina: Direito Constitucional II.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica, pois visa avaliar o conhecimento do discente acerca do uso dos instrumentos processuais adequados para tutela de direitos e garantias fundamentais. Almeja-se um perfil do egresso dotado com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Conforme art. 5º, LXIX, CRFB/88, “conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. No caso em tela, vê-se que há direito fundamental envolvido sofrendo violações. O enunciado informa ainda sobre existência de resposta do Secretário Municipal de Educação, atestando a ausência de vagas, o que torna o direito líquido e certo (prova pré-constituída). Dessa forma, o remédio cabível é o mandado de segurança. O gabarito, portanto, é a letra “b”. As alternativas “a”, “c”, “d” e “e” estão incorretas, pois ventilam outros remédios que possuem hipóteses de cabimento distintas.

REFERÊNCIAS

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 14 ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2019; Atlas, 2018; art. 5º, LXIX, da Constituição Federal de 1988.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

22. (UNIFESO, 2020) A noção de responsabilidade implica ideia de resposta, que, por sua vez, possui origem na palavra latina *respondere*. A responsabilidade é tratada em diversos ramos do direito. Como exemplo, no âmbito civil, o art. 927 do CC/02 prevê que: “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”. Já no âmbito internacional, caso um Estado descumpra previsão positivada em Tratado, estará sujeito à responsabilidade internacional, podendo inclusive vir a ser acionado diante de alguma Corte internacional. Nota-se, assim, que, quando o Direito trata da responsabilidade, induz de imediato a circunstância de que alguém, o responsável, deve responder perante a ordem jurídica em virtude de algum fato precedente.

Não é diferente no âmbito do direito administrativo. Importante tópico estudado nessa seara é a Responsabilidade Civil do Estado. Sobre o assunto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I) A responsabilização civil das pessoas jurídicas de direito público e das prestadoras de serviços públicos depende da comprovação de elementos subjetivos e da ilicitude na ação do agente.

PORQUE

II) Em razão da previsão de responsabilidade civil subjetiva do Estado, não se admite o direito de regresso contra o agente público responsável por dano causado ao ente privado. A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão, situada no âmbito do Direito Administrativo, busca verificar o conhecimento do discente acerca da Responsabilidade Civil do Estado. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar das normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplina: Direito Administrativo II.

JUSTIFICATIVA

Tópico de grande importância no Direito Administrativo refere-se à Responsabilidade Civil do Estado, haja vista que a Constituição expressamente reconhece a responsabilidade objetiva do ente estatal (art. 37, §6º, CRFB/88). Almeja-se um perfil do egresso dotado com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Conforme art. 37, §6º, CRFB/88, “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”. Nota-se que o dispositivo consagra a responsabilidade objetiva do ente estatal, de forma que independe, para configuração da responsabilização, da comprovação de elementos subjetivos na ação do agente. Assim, a asserção I está errada. O dispositivo igualmente consagra o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa, razão pela qual a asserção II está também errada. Logo, o gabarito da questão é a letra “E”. Como ambas estão erradas, não há que se falar em uma ser a justificativa da outra.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 32 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018; Art. 37, §6º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de Asserção ou Razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

23. (XXVI OAB, 2018) Ricardo, prefeito do município Delta, decide reformar a sede da prefeitura. Para tanto, pretende, dentre outras coisas, pintar a fachada do prédio com as cores do partido ao qual é filiado. Questionado, Ricardo confirma que a intenção é homenagear seu partido, que neste ano completa 40 anos de existência. A Secretaria municipal de Obras elaborou o projeto básico e orçou as despesas em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). O prefeito, então, publica edital de licitação, na modalidade concorrência, para a contratação de empresa responsável pelas reformas na sede da prefeitura.

Com base no caso concreto apresentado, avalie as afirmações a seguir.

I. A decisão de pintar a fachada do prédio da prefeitura com as cores do partido do prefeito, ainda que moralmente inadequada, é lícita, visto que não ofende à lei.

II. À luz do ordenamento jurídico brasileiro, é possível a realização de licitação na modalidade concorrência, para a contratação de empresa responsável pelas reformas na sede da prefeitura.

III. A Lei nº 8.666/93 estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos, subornando-se a ela, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

É correto o que se afirma em:

- (A) II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.**
- (E) I, II e III.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca dos princípios da administração pública, bem como das regras existentes no ordenamento jurídico brasileiro sobre licitações e contratos públicos. Avalia, portanto, a competência para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos (C8). Disciplinas: Direito Administrativo I; Direito Administrativo II.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na importância de o discente demonstrar conhecimento na aplicação do princípio da impessoalidade na administração pública, bem como acerca das relações contratuais entre poder público e particular. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). A afirmativa I está errada, pois a utilização das cortes de partido político nos prédios públicos faz com que a reforma esteja associada à gestão do prefeito, ferindo assim o princípio da impessoalidade previsto no art. 37 da CRFB/88. A afirmativa II está correta. Nos casos em que couber tomada de preços (o orçamento da licitação é inferior ao limite previsto no Art. 23, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93), a Administração poderá utilizar a modalidade da concorrência, por se tratar de uma modalidade de maior complexidade, nos termos do Art. 23, §4º, da Lei nº 8.666/93. A afirmativa III está correta, conforme art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Logo, o gabarito é a letra “D”.

REFERÊNCIAS

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 21 ed. rev., atual., ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2018; art. 37 da CRFB/88; arts. 1º e 23 da Lei nº 8.666/93.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAADH)

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

24. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho abaixo:

“Mais recentemente, a partir de 2010, a Corte IDH [Interamericana de Direitos Humanos] tem avançado no discurso de constitucionalização da própria Corte. Empregou o termo ‘bloco de convencionalidade’ no caso *Cabrera Garcia Monitel vs Mexico* (2010) para designar que a CADH [Convenção Americana de Direitos Humanos] e a sua jurisprudência consultiva e contenciosa integram o material que servirá de parâmetro de validade ou material controlante dos demais tratados e leis do sistema interamericano. Ainda mais recentemente, o termo ‘Constituição supranacional dos direitos humanos’ foi empregado pioneiramente no voto concorrente do juiz Roberto Caldas no caso *Gomes Lund vs Brasil* (2010) e foi retomado controle de convencionalidade em termos ainda mais amplos. Em suma, a própria Corte IDH sinaliza que possui uma Constituição Transnacional e realiza o controle de convencionalidade. Utiliza-se ou não o termo, há um processo informal de construção jurisprudencial de uma Corte Constitucional Transnacional – uma mutação convencional”. 463

(LEGALE, Siddharta. A Corte Interamericana de Direitos Humanos como Tribunal Constitucional Transnacional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 463).

Ainda que se possa observar certas resistências dos Estados em matéria de direitos humanos nos últimos anos, é inegável que a disciplina tem passado por profundo aprimoramento e institucionalização. Exemplo disso é a atuação da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que paulatinamente se consolida e demarca o seu espaço de

atuação. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a única que NÃO pode ser considerada como característica dos Direitos Humanos:

(A) Universalidade.

(B) Indivisibilidade.

(C) Imutabilidade.

(D) Imprescritibilidade.

(E) Inalienabilidade.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das características e especificidades dos Direitos Humanos. A competência observada é a capacidade de apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos (C14). Disciplina: Direitos Humanos.

JUSTIFICATIVA

A importância do tema se justifica, pois, tal como a sociedade, os direitos humanos estão em evolução (são fruto de conquistas). Assim, os direitos humanos estão sempre avançando com o objetivo de conferir maior proteção à pessoa humana. Destarte, o estudante precisa demonstrar conhecimento no sentido de que não há imutabilidade dos direitos humanos. Almeja-se um perfil do egresso com formação geral e humanística (P1). As alternativas “a”, “b”, “d” e “e” trazem corretamente características dos direitos humanos reconhecidas pela doutrina e pelo acervo decisório das Cortes internacionais. Diferente é a hipótese da letra “c”. Os Direitos Humanos são históricos, por terem surgido em épocas diferentes e por evoluírem com o passar do tempo. Assim, estão sempre avançando em direção à maior proteção da pessoa humana, de forma que imutabilidade não é uma de suas características. Logo, o gabarito é a letra “C”.

REFERÊNCIAS

RAMOS, André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. 5 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

25. (UNIFESO, 2020) De 03 a 14 de junho de 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento se reuniu no Rio de Janeiro para debater os problemas ambientais mundiais. Na ocasião, aprovou-se a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento de 1992, considerado como marco emblemático para o Direito Ambiental. Importantes princípios de proteção ao meio ambiente foram reafirmados no documento. Henrique, discente do curso de direito, ao estudar a Declaração, fez a seguinte anotação em seu caderno: “quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas eficazes e economicamente viáveis voltadas para a prevenção a degradação ambiental”.

O trecho anotado por Henrique faz referência ao seguinte princípio:

(A) Princípio da Precaução.

(B) Princípio do Equilíbrio.

(C) Princípio do Estoppel.

(D) Princípio do Poluidor Pagador.

(E) Princípio da Responsabilidade.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Direito Ambiental, busca verificar o conhecimento do discente acerca dos princípios do direito ambiental, reconhecidos pelo Direito Internacional Ambiental, bem como pelo ordenamento jurídico brasileiro. Avalia, portanto, a capacidade do discente para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com o objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito (C5). Disciplina: Direito Ambiental.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica no destaque dado pela doutrina ao princípio da precaução, positivado em uma série de normas internacionais e interna que versam sobre a proteção ao meio ambiente. Almeja-se um perfil do egresso com aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania (P5). Conforme leciona Paulo de Bessa Antunes, “o Princípio da Precaução foi redigido com o princípio número 15 da Declaração do Rio da seguinte maneira: De modo a proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deve ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental” (obra citada abaixo, pp. 21 e ss.). Logo, o gabarito da questão é a letra “A”. As demais alternativas fazem referência a outros princípios do direito ambiental e do direito internacional ambiental.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito ambiental. 20 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2019; ONU, Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

26. (UNIFESO, 2020) Ao se estudar o positivismo no âmbito Direito Internacional, destaca-se o Caso Lótus, apreciado pela Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) no ano de 1927. Tratou-se de colisão entre uma embarcação francesa (S.S. Lótus) e turca (Bouz Kourt), gerando a morte de alguns marinheiros turcos. A França recorreu à CPJI alegando que a prisão do comandante francês pelas autoridades turcas, feita no momento que a embarcação francesa chegou em Constantinopla, violaria o direito internacional. Isso porque, na visão francesa, inobstante a legislação turca lhe autorizasse a realizar esse julgamento, o acidente ocorreu em alto mar, isto é, fora da jurisdição deste país. A CPJI, ao examinar a controvérsia, concluiu que as restrições impostas à independência dos Estados não são presumidas. Dessa forma, como não havia norma expressa de direito internacional limitando a jurisdição do Estado turco, a Turquia poderia processar e julgar o comandante francês pelo ilícito ocorrido em alto mar.

O caso citado acima, como visto, é compreendido como a expressão máxima do positivismo no Direito Internacional. Com base nos seus conhecimentos acerca da sociedade internacional, da teoria geral do Direito Internacional Público, seus objetivos, princípios, normas e fundamentos, assinale a alternativa correta:

(A) A doutrina internacionalista é unânime no sentido de que a Organização das Nações Unidas pode ser considerada um Poder Legislativo Universal.

(B) A Corte Internacional de Justiça (CIJ), sucessora da Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI), é considerada um órgão do Poder Judiciário Universal, dotada com amplas possibilidades de sanção independentemente da vontade dos Estados.

(C) Em Direito Internacional Público, há um governo central, que possui soberania sobre todas as nações. Esse governo central é exercido pelos Estados Unidos da América, por ser o país mais rico e poderoso do mundo.

(D) Uma das características da sociedade internacional é sua descentralização. Dessa forma, não há um poder centralizado e universal ao qual se subordinem os Estados.

(E) É completamente vedada a aplicação do *pacta sunt servanda* no âmbito do Direito Internacional Público.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Direito Internacional Público, busca verificar o conhecimento do discente acerca das características da sociedade internacional (descentralização) e sobre a soberania formal dos Estados. Avalia, portanto, a competência de compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito (C7). Disciplina: Direito Internacional Público; Direito Global.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente para compreender a sociedade e o cenário internacionais, onde não se registra um Poder executivo, legislativo ou judiciário global ou impositivo em relação aos Estados. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais (P3). As alternativas “A”, “B” e “C” estão erradas, pois não há um poder

central e universal no âmbito da sociedade internacional ao qual se subordinem os Estados. Pelo contrário, os Estados possuem soberania formal, não havendo nenhum poder acima deles (princípio da igualdade formal). A propósito, uma das características da sociedade internacional é a descentralização. A alternativa “E” está errada, pois vários institutos e princípios do direito internacional derivam do direito civil, destacando-se, dentre eles, a regra pacta sunt servanda, com ampla aplicação no direito internacional. Logo, o gabarito é a letra “D”.

Referências: REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CATEGORIA

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIIDH)

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese.

27. (UNIFESO, 2020) A sociedade empresária Zazih Mashid, sediada em Teerã/Irã, atuante no segmento de vestuário masculino, celebrou contrato de compra e venda com a sociedade brasileira Casamentos S.A., sediada no Rio de Janeiro/Brasil. O contrato foi celebrado em uma feira de negócios em Lisboa/Portugal, tendo como objeto a entrega de uma grande quantidade de smokings no Brasil. Em virtude do descumprimento de certas obrigações avançadas, a sociedade Casamentos S.A. decide ajuizar ação no Brasil, visando a rescisão do instrumento contratual e cobrança de valores devidos.

Com base no caso concreto apresentado, avalie as afirmações a seguir.

I. Considerando que o contrato foi celebrado em Paris/França, a autoridade judiciária brasileira não é competente para apreciar o litígio em tela.

II. Conforme texto expresso da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/42), para qualificar e regras as obrigações contratuais narradas no caso, aplica-se a lei brasileira, visto que a entrega dos smokings ocorrerá no Brasil.

III. A lide narrada no caso concreto está situada no âmbito do direito internacional privado, uma vez que possui uma série de elementos de estraneidade envolvidos.

É correto o que se afirma em:

(A) I, apenas.

(B) III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) II e III, apenas.

(E) I, II e III.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Direito Internacional Privado, busca verificar o conhecimento do discente acerca das regras de conexão do direito brasileiro, bem como as normas voltadas aos limites da jurisdição nacional. Avalia, portanto, a competência de interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o

conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplina: Direito Internacional Privado; Direito Global.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica no exame das regras de conexão, consideradas como clássico tema de domínio de DIPRI. Ademais, objetiva verificar o conhecimento do discente acerca da previsão da jurisdição internacional no CPC/15. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). A afirmativa I está errada, pois, conforme art. 21, II, do CPC/15, a autoridade judiciária brasileira é competente para processar e julgar as ações em que no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação. A afirmativa II está errada, pois, inobstante haja experiência no direito estrangeiro pela preferência da lei do local do cumprimento da obrigação (ex: direito francês), bem como uma releitura doutrinária da LINDB nesse sentido, o texto expresso do art. 9º da LINDB, ainda que criticado pela doutrina, aponta que, para qualificar e reger as obrigações, aplica-se a lei do país em que se constituírem, que, no caso concreto, é a lei portuguesa. A afirmativa III está correta, pois há uma série de elementos de estraneidade no caso (ex: local da celebração do contrato, nacionalidade das empresas envolvidas etc.). Logo, o gabarito é a letra “B”.

REFERÊNCIAS

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. Direito internacional privado. 13 ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2017; Art. 9º da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/42); Art. 21 do CPC (Lei nº 13.105/15).

Categoria

Direito Constitucional, Administrativo, Ambiental, Internacional e Direitos Humanos (CAAIDH)

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

28. (FCC TER-SP, 2017) Para se furtrar à legislação eleitoral, Jurandir transferiu para si patrimônio da empresa na qual é sócio. Na sequência, simulou doar o dinheiro a candidato, pela pessoa física. Na verdade, porém, foi a empresa quem realizou, de fato, a doação. O negócio simulado é

(A) válido, se atender à forma prescrita em lei e não prejudicar direito de terceiros.

(B) nulo, matéria cognoscível de ofício, não se sujeitando a declaração de nulidade a prazo de decadência ou de prescrição.

(C) anulável, dependendo, a sua invalidação, de provocação da parte, sujeita a prazo decadencial de quatro anos.

(D) anulável, matéria cognoscível de ofício e não sujeita a prazo de decadência ou de prescrição.

(E) nulo, dependendo a sua invalidação de provocação da parte, sujeita a prazo decadencial de quatro anos.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca do instituto da invalidade que abrange a **nulidade** e a **anulabilidade (nulidade relativa)** do negócio jurídico. Sendo

empregada para designar o negócio que não produz efeitos desejados pelas partes. Invalidez pode ser concebida como uma mácula na formação do negócio jurídico, a qual impede que este produza os respectivos efeitos almejados pelo agente. Disciplina: Teoria Geral do Direito Civil.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica, pois, visa avaliar o conhecimento do discente sobre o conceito e as espécies de invalidez dos negócios jurídicos. Há um grande índice de incidência de questões que abordam o tema em exames da OAB e em outros concursos da área jurídica. Gabarito: Letra B.

REFERÊNCIAS

Ano: 2017, Banca: FCC, Órgão: TRE-SP, Prova: Analista Judiciário - Área Judiciária.(Adaptada)

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

29. (UNIFESO, 2020) No trecho a seguir, Teresa Negreiros analisa o conceito de boa-fé objetiva.

"A boa-fé objetiva [...] é uma norma da qual derivam deveres impostos aos contratantes – deveres, como é óbvio, não previstos nos contratos –, e, mais ainda, da qual se retira fundamento para impedir o exercício de certos direitos não obstante haverem sido expressamente previstos no contrato. Esse caráter normativo da boa-fé objetiva é aliás uma de suas características que mais claramente a distinguem da boa-fé subjetiva. Daí não se deveria concluir, contudo, pela possibilidade de se invocar a boa-fé como critério de correção, por alegada injustiça, de escolhas legislativas deliberadas e inequívocas, pois a utilização maximizada, sem critérios, transformará a boa-fé em uma espécie de aspirina jurídica – como alguém já disse – apta a remediar todos os males". (NEGREIROS, Tereza. Teoria do Contrato: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002)

Julgue as seguintes assertivas, atribuindo-lhes (V) verdadeiro ou (F) falso, assinalando, seguidamente, a alternativa que contenha a sequência correta:

I – O princípio da boa-fé objetiva implica o dever das partes de agirem com boa-fé, sem o intuito de prejudicar ou de obter vantagens indevidas, desde as tratativas iniciais até a formação, a execução e a extinção do contrato.

II – De acordo com a doutrina majoritária, a boa-fé objetiva exerce duas funções distintas: age como norma criadora de deveres jurídicos e como norma limitadora do exercício de direitos subjetivos.

III - A teoria do substancial adimplemento visa impedir o uso desequilibrado, pelo credor, do direito de resolução, preterindo desfazimentos desnecessários em prol da

preservação do acordado, com vistas à realização de princípios como o da boa-fé objetiva e o da função social dos contratos.

IV - Conforme dispõe a norma civil, o princípio da boa-fé incidirá no contrato, de forma restrita, sobre as fases de cumprimento e após a conclusão.

A alternativa correta é a:

(A) V, V, V e F

(B) V, F, V e F

(C) F, V, F e V

(D) F, F, F e V

(E) F, V, V e V

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca dos princípios contratuais nas relações privadas, nomeadamente o princípio da boa-fé objetiva. O princípio da boa-fé objetiva guarda estreita ligação com o princípio da justiça contratual e visa, primordialmente, tutelar as legítimas expectativas das partes contratantes. Disciplina: Direito dos Contratos.

JUSTIFICATIVA

Com a atribuição de verdadeiro ou falso para as afirmativas, as opções I, II e III são consideradas verdadeiras, pois a boa-fé impõe a observância de muitos outros deveres de conduta, que se tornam evidentes a partir de uma análise da relação obrigacional sob uma perspectiva sistêmica. A opção IV está errada, pois o princípio da boa-fé deverá incidir de forma irrestrita em todas as fases negociais. Gabarito: Letra A.

REFERÊNCIAS

NEGREIROS, Tereza. Teoria do Contrato: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002 (autoria própria)

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

30. (Exame de OAB XXVI, 2018): André é locatário de um apartamento situado no Condomínio Morar Feliz, situado na cidade do Rio de Janeiro. O contrato foi celebrado em 10/11/2020 por escrito e por prazo determinado de 30 meses. André recebe uma notificação em 01/08/2020 de Bruno, informando-o de que adquiriu o imóvel de Carlos através de contrato de compra e venda, a qual foi registrada 10/06/2020 e averbada à matrícula do imóvel no mesmo dia, solicitando a desocupação do imóvel no prazo de noventa dias. André não fora informado por Carlos a respeito da alienação do apartamento.

Diante da hipótese contratual, julgue os itens a seguir.

I) Carlos poderia alienar o imóvel a Bruno, sem objeções, caso houvesse respeitado o direito de preferência do locatário André na alienação do imóvel;

II) Bruno poderá exigir a saída em noventa dias de André, caso esse não impugnar a compra e venda, uma vez que não há no contrato cláusula de vigência e essa não se encontra averbada junto à matrícula do imóvel;

III) Bruno não poderá exigir a saída de André, tendo em vista que a denúncia à locação foi exercida fora do prazo decadencial de trinta dias.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras.

(B) As asserções I e III são proposições verdadeiras.

(C) A asserção II é a única proposição verdadeira.

(D) Todas as asserções são verdadeiras.

(E) Todas as asserções são falsas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca dos Contratos em Espécie, dando ênfase ao contrato de Locação de imóveis urbanos, objeto de Lei Especial, a Lei n. 8.245/1991. Avalia, portanto, a capacidade do discente de interpretar e aplicar das normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplina: Contratos (Contratos em espécie).

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica, pois visa avaliar o conhecimento do discente acerca das regras concernentes aos contratos em espécie, com ênfase nos contratos de locação e de compra e venda. Almeja-se um perfil do egresso dotado com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Conforme previsto no artigo 27 da Lei n. 8.245/1991, “no caso de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o locatário tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o locador dar - lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca”. No caso em tela, houve desrespeito ao direito de preferência, tendo em vista que André não fora informado por Carlos a respeito da alienação do apartamento. Também, não havendo Bruno impugnado a compra e venda por quaisquer causas de nulidade ou anulabilidade do contrato, Bruno poderá exigir a saída em noventa dias de André uma vez que não há no contrato cláusula de vigência e essa não se encontra averbada junto à matrícula do imóvel, conforme disposto no caput do artigo 8º da Lei do Inquilinato citada: “Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de noventa dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel.” No entanto, Bruno poderá exigir a saída de André, tendo em vista que a denúncia à locação foi exercida dentro do prazo decadencial de noventa dias, previsto no §2º do citado artigo: “a denúncia deverá ser exercitada no prazo de noventa dias contados do registro da venda ou do compromisso, presumindo - se, após esse prazo, a concordância na manutenção da locação”. Dessa forma, os itens I e II são os únicos corretos. O Gabarito, portanto, é a letra “a”. As alternativas “a”, “c”, “d” e “e” estão incorretas, pois possuem afirmações não verdadeiras.

REFERÊNCIAS

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. 9ª edição. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2019.

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

31. (UNIFESO, 2020) Marque a assertiva CORRETA.



Fonte: <http://agepen-ac.blogspot.com/2012/02/presidente-do-agepen-concorda-com.html>

- (A) A superlotação não configura ato ilícito, portanto, não há que se falar no dever de indenizar.
- (B) O preso submetido a superlotação na prisão tem direito a indenização por danos morais em face da omissão do Estado ao subtrair-lhe o direito a um tratamento penitenciário digno.
- (C) O Estado só responderá civilmente pelos danos decorrentes de suas condutas comissas.
- (D) A Responsabilidade Civil do Estado será sempre objetiva não sendo necessário a prova da culpa ou da falta de serviço que não funcionou ou funcionou mal.
- (E) A responsabilidade civil do Estado está fundamentada na teoria do risco proveito.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do conceito de Responsabilidade Civil do Estado. Disciplina: Responsabilidade Civil.

Justificativa: A regra está contida no Art. 37, § 6º da CF/88. O Estado submete-se à responsabilidade civil, a CF assevera que as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa. Gabarito: Letra B.

REFERÊNCIAS

Adaptada.

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

32. (UNIFESO, 2020) O Condomínio residencial INOVA, notifica seus moradores da realização de assembleia geral. Ana Claudia, nova proprietária e moradora de uma unidade do prédio, que conta com uma unidade por andar, comparece a assembleia e solicita ao síndico que lhe esclareça sobre a cobrança de cota condominial superior à dos demais condôminos. O síndico lhe esclarece que a cobrança daquela unidade realmente é maior por ser uma unidade que dá acesso a um pequeno pátio que consta nos registros originais do edifício como área comum do condomínio. Contudo o referido pátio só possui acesso por uma porta situada na área de serviços da unidade de Ana Claudia, situada no térreo, o que possibilita a proprietária usar o referido pátio com exclusividade e por isso caberia a ela arcar com as despesas de manutenção da referida área sozinha.

Diante da hipótese acima narrada, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Não poderão ser cobradas de Ana Claudia as despesas relativas à manutenção do pátio, tendo em vista que este consiste em área comum do condomínio, e a porta de acesso exclusivo não fora instalada por iniciativa da referida condômina.

(B) Somente poderão ser cobradas de Ana Cláudia as despesas relativas à manutenção do pátio caso seja demonstrado que o uso por ela exercido impõe deterioração excessiva do local.

(C) Poderá ser cobrada de Ana Cláudia metade das despesas relativas à manutenção do pátio, devendo a outra metade ser repartida entre os demais condôminos, tendo em vista que a instalação da porta na área de serviço não foi de iniciativa da condômina, tampouco da atual administração do condomínio.

(D) Somente poderá ser cobrada cota diferenciada de Ana Claudia, caso haja convenção expressa na promessa de compra e venda.

(E) Poderão ser cobradas de Ana Claudia as despesas relativas à manutenção do pátio, tendo em vista que ela dispõe de seu uso exclusivo, independentemente da frequência com que seja efetivamente exercido.

INTENÇÃO

A questão tem por objetivo verificar o conhecimento do estudante em aplicar as regras expressas no Código Civil, ao instituto do condomínio edilício. Disciplina: Direitos Reais.

Justificativa Prevê o art. 1.340 do CC que as despesas relativas a partes comuns de um condomínio, mas de uso exclusivo de um ou alguns dos condôminos, incumbem a quem delas se serve. Portanto, tais despesas podem ser cobradas apenas de Ana Cláudia. O estudante deve identificar que se aplica ao caso concreto a interpretação literal (subsunção do fato a norma), posto que não há margem para interpretação. Gabarito: Letra E.

REFERÊNCIAS

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530983994/cfi/6/10!/4/10/2@0:69.0>
TARTUCE, Flávio, Direito Civil: direito das coisas – v. 4 / Flávio Tartuce. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Média.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

33. (UNIFESO, 2020) No que tange a nulidade do casamento, é correto afirmar que será nulo o casamento contraído:

- (A) por menor em idade núbil, quando não autorizado por seu representante legal;
- (B) por incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o consentimento;
- (C) perante autoridade celebrante incompetente;
- (D) com vício da vontade;
- (E) com infringência de impedimento;**

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do instituto da nulidade do casamento. Disciplina: Direito de Família (Da invalidade do casamento).

Justificativa: Alternativa E, “com infringência de impedimento;” Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) Art. 1.548. Inciso “II”. “É nulo o casamento contraído: II - por infringência de impedimento. Gabarito: Letra E.

REFERÊNCIAS

Lei nº 10.406/2002 (Código Civil) Art. 1.548. Inciso “II”. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v. 5: direito de família. 14. Rio de Janeiro Forense 2018 1 recurso online. Cap. 02. Subtítulo 2.6.3; pág. 97 à 104.

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

34. (ENADE, 2019) FLOR DE SOUZA era uma mulher que não tivera oportunidade de concluir o ensino básico. Mas, em razão do destino, veio a conhecer BRIAN LOOK, divorciado há 20 anos, homem rico e bem-sucedido, que, em pouco tempo, se casou com FLOR, na esperança de viver um grande amor com a consorte que conhecera no Rio de Janeiro. Logo após o casamento, o casal passeou por diversas capitais do país, entre as quais Recife, Maceió e Salvador. Infelizmente, BRIAN LOOK, em uma visita a seu país, dois meses depois, veio a falecer. No Brasil, o de cujus deixou um pequeno apartamento que deveria partilhar com a ex-mulher, do primeiro casamento. Entretanto, FLOR soube que a lei do país de BRIAN, diferentemente do Brasil, incluía na sucessão ex-cônjuges separados há mais de 10 anos. Considerando o inciso XXXI do artigo 5º da Constituição brasileira, que dispõe que a sucessão de bens de estrangeiros situados no país será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus, é CORRETO afirmar que:

- (A) a sucessão deve obedecer às leis do Brasil, uma vez que o casamento foi realizado sob as leis brasileiras.
- (B) a sucessão deve observar as leis do país do de cujus, independentes de serem ou não mais favoráveis à FLOR.
- (C) a sucessão deve ser regulada pelo direito internacional de um país neutro, uma vez que há conflito de competência.
- (D) a sucessão deve excluir qualquer pretensão de FLOR e beneficiar a ex-cônjuge do de cujus, em razão de o óbito ter ocorrido no exterior.
- (E) a sucessão deverá ser regida pela lei brasileira, uma vez que seria mais favorável à FLOR.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do discente acerca do instituto da competência jurisdicional para o Direito Sucessório. Aplicação da LINDB, da CFRB/88 e do Código Civil em detrimento de aplicação da lei estrangeira. Disciplina: Direito das Sucessões.

JUSTIFICATIVA

Pela previsão da LINDB a ex-mulher não terá direito à sucessão do ex-marido, reconhecendo Flor como única herdeira. Gabarito: Letra E.

REFERÊNCIAS

Questão 31 (Adaptada) - ENADE 2009

CATEGORIA

Direito Civil.

DIFICULDADE

Difícil

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

35. (VUNESP, adaptada) Assinale a alternativa que apresenta o princípio e sua respectiva característica.

(A) Princípio da Recorribilidade ou do Duplo Grau de Jurisdição: possibilidade que os cidadãos têm de exercer, ou não, os seus direitos, perante ao Poder Judiciário.

(B) Princípio da instrumentalidade: determina que todos os atos processuais devem ser informados aos envolvidos e aos seus respectivos procuradores.

(C) Princípio da disponibilidade: o direito de ação não pode ser negado àqueles que se sentirem lesados em seus direitos.

(D) Princípio do juiz natural: cabe ao juiz dar continuidade ao procedimento, em cada uma de suas etapas, até a conclusão.

(E) Princípio do livre convencimento motivado: o poder do juiz de decidir, fundamentadamente, de acordo com sua convicção jurídica, observando os fatos e as provas existentes no processo.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Direito Processual Civil, busca verificar o conhecimento dos princípios do direito processual civil brasileiro. Busca-se adquirir capacidade para utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas (C9), bem como para interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional. Disciplina: Teoria Geral do Processo.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente para compreender a principiologia presente no atual Código de Processo Civil, que norteia essa seara jurídica. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Os princípios da individualização da pena, da presunção de inocência, e do domínio do fato pertencem ao direito processual penal. Já o princípio da anualidade, por sua vez, pertence ao direito tributário e ao direito eleitoral. Logo, o gabarito é a letra A, pois é a única alternativa que ventila apenas princípios que pertencem ao direito processual civil.

REFERÊNCIAS

Arts. 8º, 189 e 336 do CPC.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

36. (UNIFESO, 2020) A desconsideração da personalidade jurídica é aplicada no Brasil há algumas décadas, como se pode observar nas principais leis, antes mesmo de constar no Código de Processo Civil de 2015. Existem duas vertentes de aplicação da referida desconsideração: o Código de Defesa do Consumidor traz a denominada Teoria Menor e o Código Civil trata da Teoria Maior, sendo essa última teoria a mais aceita pela doutrina em geral e pelos tribunais, formando forte jurisprudência. Além disso, o Código de Processo Civil positivou a aplicação da desconsideração inversa, confirmando uma prática já recorrente no Poder Judiciário, visando a possibilidade de responsabilizar a empresa por dívida ou fraude dos sócios.

ALVIM, A. A. et al (Org.). Comentários ao Código de Processo Civil - Lei nº 13.105/2015. 1. ed., São Paulo: Saraiva, 2016 (adaptado). A partir do exposto, avalie as afirmações a seguir.

A partir do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, prevista no CPC, considera as assertivas abaixo e marque a alternativa correta.

Instaurado o incidente, o sócio ou a pessoa jurídica será citado para manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 10 (dez) dias.

PORQUE

O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(D) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Direito Processual Civil, busca verificar o conhecimento do discente acerca do instituto da desconsideração da personalidade jurídica, que envolve o tema da intervenção de terceiros. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos (C5).

DISCIPLINA

Direito Processual Civil. Subcategoria

Direito Processual I

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente para compreender o instituto da desconsideração da personalidade jurídica. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Assertiva I é falsa e visa o conhecimento do discente acerca do prazo para manifestação do sócio no incidente de desconsideração da personalidade jurídica. A Assertiva II é verdadeira, pois aborda as fases de cabimento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no processo civil. Gabarito: Letra C.

REFERÊNCIAS

Arts. 134 e 135 do CPC.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de asserção e razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

37. (UNIFESO, 2020) Carlos e João são vizinhos e residem no Município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia. João alega que Carlos causou danos estruturais ao seu imóvel por conta da construção de uma garagem no imóvel vizinho, pertencente a Carlos. João foi assistido pela Defensoria Pública em ação indenizatória, na qual obteve gratuidade de justiça. Ocorre que João restou vencido na demanda e, de acordo com o Novo Código de Processo Civil de 2015, as obrigações decorrentes de sua sucumbência:

(A) serão automaticamente extintas em razão da inexigibilidade de adimplemento da obrigação pelo princípio do acesso à justiça, desde que a gratuidade de justiça tenha sido deferida e mantida durante todo o curso do processo, até o seu trânsito em julgado;

(B) serão automaticamente extintas em razão da invalidade da obrigação de pagar quantia certa pela sucumbência, sob pena de violação ao princípio da isonomia, desde que a gratuidade de justiça tenha estado em vigor na data em que ocorreu o trânsito em julgado do processo;

(C) ficarão sob condição suspensiva de validade e somente poderão ser executadas se, nos 3 (três) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;

(D) ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade;

(E) poderão ser imediatamente executadas pelo credor, independentemente da demonstração de que a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade deixou de existir, eis que a gratuidade de justiça consiste em benefício concedido pelo poder público a seus próprios atos, não alcançando particulares.

INTENÇÃO

Verificar o conhecimento do estudante a respeito da gratuidade de Justiça e o ônus decorrente da sucumbência da parte. Objetiva-se a utilização correta da terminologia e das categorias jurídicas (C9). De uma forma mais ampla, o tema está dentro do capítulo “DOS DEVERES DAS PARTES E DOS PROCURADORES”. Direito Processual Civil I. Conteúdo: Gratuidade de Justiça. Deveres das partes e dos procuradores. Sucumbência. Honorários.

JUSTIFICATIVA

A) Assertiva Errada. Não há que se falar em extinção automática das obrigações decorrentes da sucumbência, não havendo distinção o momento do seu deferimento, como menciona a parte final da assertiva. A legislação prevê uma regra específica para o sucumbente beneficiário de justiça gratuita: “Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se,

passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (art. 98, §3º do CPC). B) Assertiva errada. Não há que se falar em extinção automática. Além disso, inexistente aplicação do princípio da isonomia nesse sentido trazido pela assertiva. C) Assertiva errada. O prazo previsto no §3º do art. 98 (transcrito na justificativa da alternativa A) é de 5 (cinco) anos e não de (três) como afirma a questão. D) Assertiva correta (art. 98, §3º do CPC). E) Afirmamos anteriormente que a gratuidade de justiça reflete na execução das obrigações decorrentes da sucumbência. A legislação prevê que tais obrigações ficarão sob condição suspensiva por cinco anos, não havendo que se falar em execução imediata.

REFERÊNCIAS

Art. 98 do CPC/2015 e Lei 1.060/50.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Fácil

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.
Domínio Cognitivo: Aplicação.

38. (FGV - Adaptada) Albertino foi atropelado por Mévio, que invadiu a calçada com seu Camaro amarelo. Albertino sofreu graves lesões e ajuizou ação indenizatória em face de Mévio, condutor e proprietário do referido veículo. Na peça exordial, Albertino postulou a condenação de Mévio no pagamento de indenização por danos materiais e morais, além de despesas com os tratamentos médicos e hospitalares. Albertino alegou que não tem condições financeiras de arcar com tal custo, argumentando que tais tratamentos não poderiam ser interrompidos. Dessa forma, Albertino requereu a tutela *inaudita altera parte*, pretendendo a determinação imediata para que Mévio custeie todas as despesas até o julgamento do mérito. À luz de uma cognição não exauriente, considerando que as alegações de Albertino estavam comprovadas de forma satisfatória, o juízo deferiu a medida pretendida. A medida tem a natureza de tutela:

- (A) evidência
- (B) definitiva
- (C) de urgência cautelar
- (D) de urgência antecipada**
- (E) executiva

INTENÇÃO

A questão, situada na seara do Direito Processual Civil, busca verificar o conhecimento do discente acerca do instituto da tutela provisória. Busca-se adquirir capacidade para interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas (C1). Disciplina: Direito Processual Civil I.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente utilizar-se de institutos do direito processual civil (no caso, a tutela de urgência) na resolução de problemas concretos. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de análise, domínio de conceitos e da

terminologia jurídica (P2). Nos termos do art. 294, caput, do CPC/15, a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. No parágrafo único, o dispositivo prevê que a tutela de urgência, cautelar ou antecipada, pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental. Na tutela de urgência antecipada, almeja-se possibilitar ao autor a obtenção antecipada dos direitos que seriam alcançados na ocasião do trânsito de em julgado, com o escopo de se evitar os danos materiais decorrentes da demora do processo. Logo, o gabarito é a letra D, pois é a tutela aplicável ao caso narrado no enunciado.

REFERÊNCIAS

Arts. 294 e 300 do CPC.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

39. (FGV – adaptada) Adalberto ajuizou uma ação contra Mévio, tendo elaborado a petição inicial com observância dos requisitos legais. Da análise da exordial, o juízo proferiu sentença julgando liminarmente improcedente o pedido, nos termos da legislação vigente. A partir da situação narrada, o advogado da parte autora opta por interpor recurso da referida decisão do juízo, alegando por necessidade de dilação probatória. Com base nessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

(A) Uma das hipóteses de improcedência liminar dos pedidos é a inépcia da petição inicial, desde que o juízo tenha dado oportunidade ao autor de emendá-la.

(B) A improcedência liminar do pedido não é cabível quando há necessidade de dilação probatória.

(C) O patrono de Adalberto pode alegar a necessidade de determinação da emenda à inicial pelo juízo antes da prolação da referida sentença de mérito.

(D) No CPC/2015 inexistente hipótese de improcedência liminar dos pedidos, diante do entendimento de que as extintas hipóteses violavam o princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional, previsto na Constituição Federal.

(E) Antes de julgar improcedente liminarmente os pedidos autorais o juízo deveria ter ouvido Mévio, diante da vedação da decisão surpresa.

INTENÇÃO

A questão pretende avaliar o conhecimento do estudante acerca das hipóteses de improcedência liminar do pedido, previstas no NCPC. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas (C5). Disciplina: Direito Processual Civil II.

JUSTIFICATIVA

A importância da questão se justifica na capacitação do discente para compreender o instituto da improcedência liminar dos pedidos. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de aplicação, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Letra A é falsa porque a inépcia da petição inicial, caso não seja emendada pelo autor, gera seu

indeferimento, com a extinção sem julgamento do mérito. Letra C é falsa porque inexistente a obrigatoriedade de emenda à inicial nos casos de improcedência liminar dos pedidos. Letra D é falsa porque o CPC, no art. 332, traz as hipóteses de improcedência liminar dos pedidos. Letra E é falsa porque inexistente a exigência de oitiva da parte contrária antes do juízo proferir sentença que julga improcedente liminarmente os pedidos. Gabarito: Letra B.

REFERÊNCIAS

Art. 332 do CPC.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

40. (UNIFESO, 2020) Vitoria ajuizou ação de execução de título executivo extrajudicial em face de Tício, no valor de R\$55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), fundada em um cheque. Após ter sido regularmente citado, Tício garantiu o juízo e opôs embargos à execução no quinto dia após a juntada do mandado de citação nos autos. Tício alegou nos embargos, a incompetência relativa do juízo da execução, além do excesso na execução. Considerando essa situação hipotética, marque a afirmativa correta.

(A) Caso Tício aponte o valor que entende ser devido ou apresente demonstrativo discriminado, os embargos à execução serão processados para a apreciação de ambos os pedidos. Porém, caso Tício não indique o valor ou não apresente demonstrativo discriminado, o juiz examinará somente a alegação de incompetência relativa.

(B) A arguição de incompetência relativa ou absoluta não é matéria atinente aos embargos à execução, à luz do CPC/2015, devendo o juiz rejeitar os embargos neste aspecto e apreciar a alegação de excesso de execução.

(C) Caso Tício não aponte o valor que entende ser correto, nem apresente cálculo com demonstrativo discriminado, os embargos à execução devem ser integralmente rejeitados liminarmente, proferindo o juízo sentença sem resolução do mérito.

(D) Os embargos serão processados e julgados pelo juiz em sua integralidade, não surtindo qualquer efeito eventual falta de indicação do valor em excesso e a ausência de apresentação de cálculo discriminado, desde que os embargos à execução sejam opostos no prazo legal.

(E) Os embargos opostos por Tício são intempestivos, tendo em vista que o prazo legal é de 48 horas após a citação.

INTENÇÃO

A questão pretende avaliar o conhecimento do estudante acerca dos embargos à execução e seu procedimento à luz do CPC. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas (C5). Disciplina: Direito Processual Civil IV.

JUSTIFICATIVA

O domínio da execução no processo civil é fundamental para a formação do discente, a fim de que possa compreender e aplicar a sistemática processual. Almeja-se um perfil do

egresso dotado de capacidade de aplicação, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Letra B é falsa porque a incompetência pode ser alegada nos embargos. A Letra C é falsa porque somente o pedido de excesso de execução não será apreciado se não houver indicação do valor correto. A letra D é incorreta porque a ausência de indicação do valor correto impede a apreciação do pedido de excesso de execução, não surtindo efeito em relação à alegação de incompetência. A letra E é incorreta porque o prazo de é 15 dias após a juntada do mandado de citação aos autos. Gabarito: Letra A.

REFERÊNCIAS

Arts. 915 e 917 do CPC.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Avaliação.

41. (FGV, OAB) Cássio ajuizou ação em face de Fernando, pretendo a condenação em R\$100.000,00 (cem mil reais), por conta do descumprimento de cláusula contratual. O magistrado, após encerrada a fase instrutória, proferiu sentença julgando parcialmente procedente o pedido de Cássio e condenou Fernando no pagamento de R\$80.000,00 (oitenta mil reais). Inconformado com a decisão, Fernando interpôs recurso de apelação, postulando a reforma integral do julgado. Cássio não interpôs recurso. Porém, ao ser intimado para apresentar contrarrazões, Cássio interpôs recurso adesivo (apelação) no prazo legal. Em seguida, após a interposição do recurso adesivo de Cássio, Fernando desistiu da sua apelação. As provas constantes dos autos demonstram que o débito de Fernando é de R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme alegado na petição inicial. A partir do caso hipotético, marque a alternativa que corresponde à conduta correta a ser adotada pelo tribunal:

(A) O tribunal não conhecerá ambos os recursos.

(B) Ambos os recursos devem ser conhecidos pelo tribunal e no mérito devem ter o provimento negado.

(C) Ambos os recursos devem ser conhecidos, deve ser dado provimento ao do Cássio e negado provimento ao recurso do Fernando, por intempestividade.

(D) O tribunal deve conhecer do recurso do Cássio, dando-lhe provimento, mas em relação ao recurso do Fernando deve deixar de conhecê-lo.

(E) O recurso de Cássio deve ser conhecido pelo tribunal e, no mérito, negado provimento. Em relação ao recurso de Fernando, o tribunal deve deixar de conhecer.

INTENÇÃO

A questão pretende avaliar o conhecimento do estudante acerca do recurso adesivo no CPC. Busca-se adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas (C5). Disciplina: Direito Processual Civil III.

JUSTIFICATIVA

A compreensão da sistemática recursal é importante para a formação profissional do discente. Almeja-se um perfil do egresso dotado de capacidade de aplicação, domínio de conceitos e da terminologia jurídica (P2). Letra B é falsa porque os recursos não devem ser conhecidos, diante da desistência do recurso principal. A letra C é falsa porque os recursos não devem ser conhecidos e sequer deve ser analisado o mérito, diante da desistência. A letra D é falsa porque os recursos não devem ser conhecidos e sequer deve ser analisado o mérito, diante da desistência. A letra E é falsa porque os recursos não devem ser conhecidos e sequer deve ser analisado o mérito, diante da desistência. Gabarito: Letra A.

REFERÊNCIAS

Art. 997 do CPC.

CATEGORIA

Direito Processual Civil.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

42. (UNIFESO, 2020) No documentário “Notícias de uma guerra particular”, dirigido por João Moreira Salles e Kátia Lund, ocorrem diversas entrevistas com personagens envolvidos na rotina do tráfico de drogas. O filme contrapõe as falas de criminosos, policiais e moradores do morro Dona Marta no Rio de Janeiro, e debate a forma como a sociedade lida com a violência urbana. Um dos entrevistados, Sr. Adão, morador do Dona Marta, informa: “Eles andam pelos morros com medo porque a nova geração tem o espírito suicida, não querem saber se irão morrer ou matar, querem proteger a comunidade a qualquer custo. O lado negativo das armas é que os traficantes não querem saber se é morador ou não, se eles puderem matar e esquartejar para todos verem e servir de exemplo eles irão fazer, eles são capazes disso”.

Considerando a Teoria da Subcultura Delinquente e a matéria de Teoria da Pena aplicável à lei Crimes Hediondos e ao Tráfico de drogas, marque a assertiva abaixo INCORRETA:

(A) Tráfico de Drogas é um crime equiparado a hediondo pelo constituinte, não sendo cabível ao mesmo indulto, graça, anistia, e liberdade provisória mediante fiança.

(B) As teorias subculturais sustentam duas ideias fundamentais: caráter pluralista e atomizado da ordem social e cobertura normativa da conduta desviada, ou seja, o comportamento desviante para tais teorias é expressão de outros sistemas de normas e valores distintos do definido na cultura dominante, e possui respaldo normativo assim como o comportamento regular.

(C) Albert Cohen define que a subcultura delinquente juvenil possui três características essenciais: não utilitarismo do ato praticado, malícia da conduta, e negativismo do ato.

(D) Não é cabível ao tráfico de drogas a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista seu caráter hediondo, tendo sido declarada constitucional a vedação prevista no art. 44 da Lei n. 11.343/2006.

(E) É plenamente cabível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos no crime de tráfico de drogas, em que pese seu caráter hediondo, pois a vedação de tal possibilidade violaria o princípio da individualização da pena assegurado constitucionalmente.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da matéria de Criminologia, mais especificamente a Teoria da Subcultura Delincente, assim como apurar se o discente possui entendimento sobre diversos temas relacionados à Teoria da Pena no que concerne ao crime de tráfico de drogas, que é um crime hediondo (indulto, graça, anistia, e penas restritivas de direitos), procurando identificar a atualização da jurisprudência do STF firmada sobre a matéria. Disciplina: Criminologia; Direito Penal – Parte Geral - II; Oficina Jurídica II e Processo Penal II. Conteúdos: Criminologia: Teoria da Subcultura da Delincente; Penal II: Penas Restritivas de Direitos e Causas de extinção da punibilidade (indulto, graça e anistia); Oficina Jurídica II: Aplicação de Penas Restritivas de Direitos em Crimes hediondos e Tráfico de Drogas; Processo Penal II: Prisões e Liberdade Provisória. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1 e o Perfil 3. C1– interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P3 - adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais. Disciplina: Direito Penal e Criminologia.

JUSTIFICATIVA

A opção A está correta conforme previsão do art. 2º da Lei de Crimes Hediondos – Lei n. 8072/1990 e do art. 44 da Lei de Drogas – Lei n. 11343/2006. A opção B está correta, os teóricos das teorias subculturais assim se manifestam informando que a conduta desviante também possui amparo normativo das regras previstas nos grupos subculturais. A opção C está correta, Albert Cohen teórico da subcultura delincente juvenil informa em sua obra “Delinquent Boys” que a delinquência juvenil possui em regra as três características apontadas: não-utilitarismo (ausência de motivação justificável), malícia do ato (prazer em desconcertar o outro), e por fim negativismo do ato (polaridade negativa ao conjunto de valores dominantes na sociedade). A opção D está incorreta, pois o STF, Pleno, HC 97. 256/RS, Rel Min. Ayres Brito julgou inconstitucional a vedação da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos prevista na parte final do Art. 44 da Lei n. 11.343/2006. A opção E está correta de acordo com o mesmo fundamento da opção D. Gabarito: letra D.

REFERÊNCIAS

STF, Pleno, HC 97. 256/RS, Rel Min. Ayres Brito. Art. 44, caput, e Art. 107, II, ambos do CP. Art. 44 da Lei n. 11.343/2006. Art. 2º da Lei n. 8072/90. LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada.: volume único. 5ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2017. Capítulo referente à Lei n. 8072/1990. GONÇALVES, Vitor Eduardo Rios; BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. Legislação penal especial esquematizado. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018. Capítulo referente à Lei n. 8072/1990. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: RT, 2004. Capítulo 7. CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal para concursos: doutrina, jurisprudência, e questões de concursos. 11ª ed. Salvador: Bahia: JusPODIVM. Comentários aos artigos 44, caput do CP e ao art. 107, II do CP. **Categoria:** Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

43. (UNIFESO, 2020) Oda e Yoda estavam em um bar, quando o primeiro, mediante ameaça de arma, determinou que Yoda ingerisse dois copos de cachaça. Yoda ficou inteiramente embriagado. A dupla, então, deixou o local, sendo que Oda conduzia Yoda, que caminhava com muitas dificuldades. Ao encontrarem Flor, que caminhava sozinha pela calçada, utilizando da arma que era portada pelo primeiro, constrangeram-na a com eles praticar sexo oral, sendo flagrados por populares que passavam ocasionalmente pelo local, ocorrendo a prisão em flagrante. Denunciados pelo crime de estupro, no curso da instrução, mediante perícia, restou constatado que Oda era possuidor de doença mental grave e que, quando da prática do fato, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do seu comportamento, situação, aliás, que permanece até o momento do julgamento. Também ficou demonstrado que, no momento do crime, Yoda estava completamente embriagado. O Ministério Público requereu a condenação dos acusados.

Com base no texto e em relação ao regime jurídico da Culpabilidade assinale a assertiva correta:

I – O Código Penal adotou o Sistema Vicariante em relação às medidas de segurança;

II- A aplicação da medida de segurança somente é possível aos agentes inimputáveis, nunca aos semi-imputáveis, pois a estes caberá apenas a aplicação da pena diminuída de 1/3 a 2/3;

III- A jurisprudência emanada dos tribunais superiores assentou o entendimento que o prazo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito cometido;

IV- A hipótese comporta condenação de Yoda porque ele não era doente mental ao tempo da ação criminosa, no caso de Oda, trata-se de absolvição imprópria, com aplicação, para este, de medida de segurança;

V- A hipótese comporta a absolvição de Yoda por ausência de culpabilidade em razão da embriaguez completa acidental decorrente de força maior e a absolvição imprópria de Oda, com aplicação, para este, de medida de segurança;

VI- O Código Penal, atendendo as disposições humanitárias, adotou o sistema duplo binário no que se refere às medidas de segurança.

É correto o que se afirma:

(A) Nas assertivas I, II, III, e VI.

(B) Nas assertivas I, III, e V.

(C) Nas assertivas II, III, e VI.

(D) Nas assertivas III, IV, e V.

(E) Nas assertivas IV, V, e VI.

INTENÇÃO

A partir da questão supra procura-se aferir se o estudante está atualizado com as questões relacionadas ao regime jurídico da culpabilidade e os sistemas que giram em torno deste tema de fundamental importância no âmbito do Direito Penal, sobretudo em relação à jurisprudência dos tribunais superiores. Da mesma maneira intenciona-se verificar se o saber jurídico do estudante está entrelaçado com os demais institutos que compõem o

sistema de justiça criminal. Disciplina: Direito Penal – Parte Geral I e II. Conteúdos: Penal I: Crime, Princípio da reserva legal, Culpabilidade, Imputabilidade, Excludentes, Medida de segurança, Embriaguez, Decisão judicial, Constituição da República Federativa do Brasil, Código Penal. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 7 e o Perfil 2. C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito. P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Disciplina: Direito Penal – Parte Geral.

JUSTIFICATIVA

A assertiva I está correta com base no art. 26, parágrafo único do Código Penal. O CP, após reforma na sua parte geral em 1984, adotou o sistema vicariante em relação às medidas de segurança, segundo o qual aplica-se a pena, ainda que diminuída de um a dois terços (nos casos de semi-imputabilidade) ou a medida de segurança, jamais ambas simultaneamente. A assertiva II está errada com base no art. 26, caput e parágrafo único do CP. A assertiva III está certa: (Ex vi súmula 527 STJ); STF. AgRg no AREsp 357508 DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 03/02/2015); (AgRg no HC 160734 SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 08/10/2013); (HC 91602 SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/10/2012); (HC143315 RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 23/08/2010). A assertiva IV está errada: embriaguez accidental completa por força maior exclui a culpabilidade (art. 28, II, e § 1º do CP), inimputabilidade por doença mental aplicação de medida de segurança por meio de sentença absolutória imprópria (art. 386 VI CPP). A assertiva V está certa: embriaguez accidental completa por força maior exclui a culpabilidade (art. 28, II, § 1º do CP), inimputabilidade por doença mental aplicação de medida de segurança por meio de sentença absolutória imprópria (art. 386 VI CPP). A assertiva VI está errada: O CP, após reforma na sua parte geral em 1984, adotou o sistema vicariante em relação às medidas de segurança, segundo o qual aplica-se a pena, ainda que diminuída de um a dois terços (nos casos de semi-imputabilidade) ou a medida de segurança, jamais ambas simultaneamente.

Disponível em

http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/presos/parte910.htm. Gabarito: Letra B.

REFERÊNCIAS

Art. 26, caput, parágrafo único, e Art. 97 e 98, todos do Código Penal; Jurisprudência STJ-STF. AgRg no AREsp 357508 DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 03/02/2015); AgRg no HC 160734 SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 08/10/2013; HC 91602 SP, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 20/09/2012, DJe 26/10/2012); HC143315 RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 23/08/2010. Disponível em http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/presos/parte910.htm.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Difícil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

44. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho do texto onde o professor Claus Roxin esclarece ao autor alguns pontos a respeito do Princípio da Insignificância:

“Estimado Sr. Alves de Souza,

Muito obrigado pela sua mensagem do dia 22.04 que em decorrência de muitas viagens somente consigo responder hoje.

Uma definição quase oficial do princípio da “insignificância” não existe no Direito alemão, porém os critérios elencados pelo STF na essência estão de acordo com o que se entende por “insignificância”. Na Alemanha atos insignificantes são normalmente tratados no Direito Processual e podem segundo Parágrafo 153 CPP levar a um arquivamento (parada) do processo, se a culpa do agente é visto como insignificante e não existe interesse público na perseguição.

Alguns países dispõem de uma regra no CP. Assim o artigo 1, parágrafo 2 do CP polonês: “Nenhum ato criminoso é ato proibido, cuja prejuízo social é insignificante”.

Eu prefiro um regulamento de direito material, pois cria uma maior segurança jurídica. De uma forma geral o problema da “criminalidade insignificante” (Bagatellkriminalität) é uma das questões menos esclarecidas do Direito Penal.

Você pode utilizar a minha resposta.

Atenciosamente

Claus Roxin”

(SOUZA, Fernando Antônio C. Alves de. Os vetores (critérios) estabelecidos pelo STF para a aplicação do princípio da insignificância na visão de Claus Roxin. Disponível em: www.ibccrim.org.br).

Com base no Princípio da Insignificância e no entendimento pacificado pelo Supremo Tribunal Federal é correto afirmar:

(A) Constitui causa de exclusão da culpabilidade, mormente em função da desnecessidade de aplicação de (pena. Assim, mesmo que o acusado possa ser considerado culpado, deverá ser absolvido em função da irrelevância penal do fato.

(B) Segundo o STJ é aplicável o princípio da insignificância nas contravenções penais ou crimes praticados contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

C) A finalidade do princípio da insignificância está ligada ao caráter subsidiário do Direito Penal na tutela dos bens jurídicos mais relevantes. Dessa forma, condutas que não produzem ataques relevantes devem ser desconsideradas aos olhos do Direito Penal e, portanto, são atípicas.

(D) Segundo o STF os requisitos para aplicação do princípio da insignificância são: (1) mínima ofensividade da conduta; (2) nenhuma periculosidade social da ação; (3) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e (4) expressividade da lesão jurídica provocada (HC nº 84.412/SP).

(E) O princípio da insignificância tem sua origem na teoria do Direito Penal do Inimigo, considerando como insignificantes os ataques aos bens jurídicos de interesse dos “inimigos do Estado”.

INTENÇÃO

Na questão aborda-se como principal conteúdo o Princípio da Insignificância, dentro dos desdobramentos deste tópico em Direito Penal trago importante análise sobre qual dos

elementos do conceito analítico de crime (fato típico, antijurídico e culpável) este princípio é capaz de excluir (letra A). Continua-se com profundidade dentro da matéria de Direito Penal- Parte Geral I, além da questão quanto ao conceito de crime, outras informações, principalmente correlacionando com outros princípios penais (letra C) fazem parte da análise e da alternativa correta de resposta, a jurisprudência sobre o tema também se faz presente (letras B e D), o Supremo Tribunal Federal – STF já estabeleceu os requisitos de aplicação do princípio em análise, sendo estes de conhecimento dos alunos. Por fim, há alternativa considerada a resposta de menor possibilidade por trazer conceito impertinente ao estudo da insignificância (Direito Penal do Inimigo), costume por vezes lançar mão desse recurso e considerar a quantidade de alunos que marcam a alternativa, o que pode ser indicativo de maior dificuldade e alerta ao professor. Disciplina: Direito Penal I. Conteúdos: Princípios do Direito Penal; Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e as características dos crimes envolvendo violência doméstica e familiar contra a mulher; conceito analítico de crime; Direito Penal do Inimigo. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1 e o Perfil 2. C1– interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Disciplina: Direito Penal – Parte Geral.

JUSTIFICATIVA

Alternativa A está incorreta, os pensamentos do Professor Claus Roxin pacificaram entendimento de que o Princípio da Insignificância deve ser analisado já no primeiro elemento do conceito analítico de crime, qual seja, o fato típico, mormente na tipicidade material, uma vez que não há ataque penalmente considerável ao bem jurídico protegido no caso concreto. Assim, sequer se chega à análise da culpabilidade nos crimes insignificantes. Alternativa B está incorreta – Súmula nº 589 do STJ: “É inaplicável o princípio da insignificância nos crimes ou contravenções penais praticados contra mulher no âmbito das relações domésticas). O que a Corte consignou na súmula é justamente o contrário do que está sendo afirmado na questão, tornando-a completamente errada. Ainda que existam condutas criminosas de menor gravidade praticadas dentro do contexto doméstico, há de se ter em mente a maior proteção demandada por mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, portanto, justifica-se o tratamento dado pela súmula em função da hipossuficiência típica de tais vítimas e da necessidade de tutela efetiva, inclusive visando a prevenção. Alternativa C está correta – De fato o Princípio da Insignificância está intimamente ligado ao caráter subsidiário do Direito Penal, uma vez que este não deve cuidar de ataques insignificantes aos bens jurídicos que permitem a incidência do mencionado princípio. Nesse contexto, é fundamental que o aluno tenha em mente que tais condutas podem ser objeto de outros ramos do Direito, porém não do Direito Penal, que atua como ultima ratio. Alternativa D está incorreta – A alternativa desafia a atenção e concentração do aluno durante a prova, constituindo verdadeira pegadinha para os alunos que não tem o costume de ler até o final as assertivas, os requisitos estabelecidos pelo STF estão ali elencados, apenas o último detém alteração, onde se lê “expressividade”, o correto seria “inexpressividade”. Ainda que a mudança seja na palavra, o aluno que lê com atenção é capaz de acertar e eliminar tal alternativa, através do próprio significado da palavra consignada. Alternativa E está incorreta – Como dito, tal alternativa não tem qualquer pertinência com o tema, o Direito Penal do Inimigo busca o recrudescimento do Direito Penal e a valoração da norma, ao passo que o Princípio da Insignificância pretende por o Direito Penal efetivamente na condição de ultima ratio. Gabarito: Letra C.

REFERÊNCIAS

Como referência na doutrina podemos indicar o próprio artigo citado no enunciado do Prof. Fernando Antônio C. Alves de Souza. Na jurisprudência a menção a Súmula nº 589 do STJ e ao STF, HC nº 84.412/SP.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

45. (UNIFESO, 2020) Análise os casos abaixo e responda:

1º caso: Anselmo, 20 anos, conheceu Alice, 12 anos idade, e com ela estabeleceu uma relação de namoro. Alice se prostitui desde 11 anos de idade. Alice ao completar 13 anos consentiu em se relacionar sexualmente com o namorado, depois de muita insistência de Anselmo.

2º caso: Nelson decide ir a uma boate, onde conhece Leila, uma transexual que realizava programa no local, e com quem pretende fazer sexo. Para tanto, Nelson decide colocar uma substância na bebida de Leila, que desmaia e é levada por ele para o quarto de um motel próximo da boate. No local Nelson faz sexo anal com Leila desacordada, que, no dia seguinte, ao acordar, decide ir à Delegacia registrar o fato.

Pergunta-se: em cada caso, considerando a descrição típica, algum crime foi cometido? Sendo a resposta positiva, qual delito foi praticado e qual o tipo de ação penal prevista para cada um deles?

(A) 1º caso: Sim, Estupro de Vulnerável. Ação Penal Pública Incondicionada; **2º caso:** Sim, Estupro de Vulnerável. Ação Penal Pública Incondicionada.

(B) 1º caso: Não, trata-se de fato atípico, em razão de ser a vítima prostituta; **2º caso:** Sim, Estupro. Ação Penal Privada.

(C) 1º caso: Sim, Estupro de Vulnerável. Ação Penal Pública Incondicionada; **2º caso:** Sim, Violação Sexual Mediante Fraude. Ação Penal Pública Incondicionada.

(D) 1º caso: Não, trata-se de fato atípico; **2º caso:** Sim, Violação Sexual Mediante Fraude. Ação Penal Pública Condicionada à Representação.

(E) 1º caso: Sim, Estupro. Ação Penal Pública Incondicionada; **2º caso:** Sim, Violação Sexual Mediante Fraude. Ação Penal Pública Incondicionada.

INTENÇÃO

A questão procura verificar o conhecimento do estudante acerca dos crimes contra a dignidade sexual, em especial sobre o conceito de vulnerabilidade, previsto no art. 217-A, as questões atinentes a Súmula 593 do STJ, e recente alteração realizada pela Lei n. 13.718/18 no mesmo sentido da súmula, ao incluir o parágrafo 5º no art. 217-A do CP. Disciplina: Direito Penal IV. Conteúdo: Crimes contra a dignidade sexual – Estupro de pessoa vulnerável – art. 217-A c/c §5º do CP. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1 e o Perfil 2. C1– interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico

com a resolução de problemas; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Disciplina: Direito Penal – Parte Especial.

JUSTIFICATIVA

A assertiva (A) está correta tendo em vista que nos dois casos trata-se de estupro de pessoa vulnerável. No 1º caso a vítima é menor de 14 anos, e apesar da experiência sexual anterior e do consentimento, a sua vulnerabilidade não é afastada como preceitua o art. 217-A, § 5º do CP. No 2º caso a vítima é vulnerável, tendo em vista a impossibilidade total de resistência em que foi colocada pelo agente – art. 217-A, §1º do CP. Sendo o estupro de pessoa vulnerável estabelece o art. 225 do CP que a ação é pública incondicionada, mesmo antes das alterações promovidas pela Lei n. 13. 718/2018. Gabarito: Letra A.

REFERÊNCIAS

Súmula 593 do STJ; CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal Para Concursos: doutrina, jurisprudência, questões de concurso. 13ª Ed. Salvador: JusPodivm, 2020, p.746-747.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

46. (UNIFESO, 2020) Os crimes patrimoniais são delitos super-representados nas estatísticas criminais no Brasil, dentre eles o crime de roubo é um dos que mais aparece nos dados do INFOPEN – Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e conseqüentemente trata-se também de uma das infrações mais recorrentes no cotidiano forense do advogado criminalista. O legislador penal pátrio, nas últimas décadas, utilizando o fundamento do aumento da criminalidade e a necessidade de combater e prevenir essa forma de violência urbana, produziu cada vez mais leis penais, em geral mais rigorosas, gerando uma "inflação legislativa", termo usado por alguns autores, como o saudoso Luiz Flávio Gomes. Tal fenômeno afetou o crime de roubo que sofreu alterações consideráveis em 2018 e 2019. No conjunto dessas alterações está o pacote anticrime – Lei 13. 964/2019. Dentre as alterações promovidas pelo Pacote anticrime que impactaram o roubo podemos citar:

I – Inseriu causa de aumento de pena de 1/3 a 1/2 se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.

II – Inseriu causa de aumento de pena de 1/3 a 1/2 se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca.

III – Inseriu causa de aumento de pena de 2/3 se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo.

IV - Estabeleceu que a pena será aplicada em dobro se a violência ou grave ameaça for exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

V – Alterou a pena máxima do roubo qualificado pelo resultado lesão corporal de natureza grave de 15 para 18 anos.

VI - Incluiu no rol dos crimes hediondos os roubos circunstanciados pela restrição da liberdade da vítima, pelo emprego de arma de fogo ou pelo emprego de arma de fogo de uso proibido ou restrito, e o roubo qualificado pela lesão corporal grave.

É correto o que se afirma:

(A) Nas assertivas I, II, III, e VI.

(B) Nas assertivas I, III, e V.

(C) Nas assertivas II, III, e VI.

(D) Nas assertivas III, IV, e VI.

(E) Nas assertivas II, IV, e VI.

INTENÇÃO

A questão procura verificar o conhecimento do estudante acerca dos crimes contra o patrimônio, em especial sobre o crime de roubo e as últimas alterações promovidas pela Lei 13.964/2019 – Pacote Anticrime nesta infração. Disciplina: Direito Penal III – Violência e Criminalidade I. Conteúdo: Crimes contra o patrimônio: roubo. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 7 e o Perfil 2. C7 – compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; P2 – capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. Disciplina: Direito Penal – Parte Especial.

JUSTIFICATIVA

As assertivas I, III e V estão incorretas, pois apesar de constarem no crime de roubo foram introduzidas pela Lei 13.654/2018, e não pelo pacote anticrime. Já as assertivas II, IV e VI estão corretas, pois foram incluídas com o pacote anticrime. Gabarito: Letra E.

REFERÊNCIAS

Lei 13.964/2019 – Pacote Anticrime. CUNHA, Rogério Sanches. Código Penal Para Concursos: doutrina, jurisprudência, questões de concurso. 13ª Ed. Salvador: JusPodivm, 2020, p.586-587.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento.

47. (XXVI OAB, 2018): Anderson, Cláudio e Jorge arquitetam um plano para praticar crime contra a agência de um banco, empresa pública federal, onde Jorge trabalhava como segurança. Encerrado o expediente, em 03/12/2017, Jorge permite a entrada de Anderson e Cláudio no estabelecimento e, em conjunto, destroem um dos cofres da agência e subtraem todo o dinheiro que estava em seu interior. Após a subtração do dinheiro, os agentes roubam o carro de Júlia, que trafegava pelo local, e fogem, sendo, porém, presos dias depois, em decorrência da investigação realizada. Considerando que a conduta dos agentes configura os crimes de furto qualificado (pena: 2 a 8 anos e multa) e roubo majorado (pena: 4 a 10 anos e multa, com causa de aumento de 1/3 até metade), praticados em conexão, após solicitação de esclarecimentos pelos envolvidos, o(a) advogado(a) deverá informar que:

(A) a Justiça Federal será competente para julgamento de ambos os delitos conexos.

(B) a Justiça Estadual será competente para julgamento de ambos os delitos conexos.

(C) a Justiça Federal será competente para julgamento do crime de furto qualificado e a Justiça Estadual, para julgamento do crime de roubo majorado, havendo separação dos processos.

(D) tanto a Justiça Estadual quanto a Federal serão competentes, considerando que não há relação de especialidade entre estas, prevalecendo o critério da prevenção.

(E) A Justiça Estadual será competente para o julgamento de ambos os delitos conexos

INTENÇÃO

A questão é de resposta múltipla e versa, fundamentalmente sobre o tema relacionado à Jurisdição e Competência em matéria processual penal. Disciplina: Processo Penal I. Conteúdo: Aspectos gerais da repartição constitucional das competências em matéria criminal. Competência da Justiça Comum Federal. Competência da Justiça Comum Estadual Jurisdição e Competência. Determinação e fixação da competência nas hipóteses de conexão e continência. Determinação e fixação da competência nos casos de prevenção. O enunciado apresenta uma situação problema na forma de um caso hipotético, diante do que se pretende que o candidato identifique, dentre as alternativas propostas, a afirmação correta. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1 e o Perfil 5. C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas; P5 – atitude reflexiva e visão crítica. Disciplina: Processo Penal.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de crimes conexos praticados em concurso de agentes contra bens de empresa pública. Na haverá unidade de processos conforme preceitua o verbete nº 122 da Súmula do STJ. Gabarito: Letra A.

REFERÊNCIAS

art. 109, IV, da CRFB; art. 78, II, a, , do CPP e enunciado nº 122, da Súmula do STJ. JUNIOR, Aury Lopes. Direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 2019, p. 254-296.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Conhecimento

48. (UNIFESO, 2020) Leia o texto abaixo:

O pronunciamento jurisdicional do art. 396 do CPP, que recebe a denúncia, tem natureza jurídica de decisão interlocutória, portanto necessita de fundamentação, conforme art. 93, IX, da CF.

Enunciado nº 11 da I Jornada de Direito Penal e Processo Penal CJF/STJ

Com relação às sentenças e demais decisões em Processo Penal é correto afirmar:

(A) Os Tribunais Superiores não admitem, em nenhuma (hipótese, a chamada fundamentação *per relationem*, mesmo que para a decretação da prisão preventiva ou temporária, por exemplo, a cota ministerial tenha argumentos suficientes para autorizar a imposição das referidas medidas.

(B) São exemplos de decisões vazias aquelas onde há o reconhecimento da imputação, mas o magistrado decreta extinta a punibilidade do agente.

(C) Na sentença condenatória é indispensável a fixação pelo magistrado do regime inicial de cumprimento da pena, exceto se o juiz vislumbrar a possibilidade de substituição da pena de prisão por restritiva de direitos.

(D) Constitui efeito obrigatório da sentença penal condenatória o cumprimento imediato da pena, independente do trânsito em julgado.

(E) Quanto a intimação da sentença é correto afirmar que tanto o acusado como seu advogado possuem legitimidade para interpor recurso independentemente da aquiescência do outro, devendo ambos serem intimados da sentença penal condenatória.

INTENÇÃO

A intenção da questão é fazer com que o aluno reconheça a importância da sentença penal condenatória e dos diversos fatores que a orbitam, já que uma decisão não é meramente fruto da cabeça do magistrado, devendo obedecer às regras constantes na CRFB/1988 e do CPP, podendo ser causa de nulidades. Diante disso, é importante que o aluno conheça os diversos tipos de decisões, além de alguns entendimentos dos Tribunais Superiores sobre a matéria, alguns deles constantes nas alternativas da questão. Disciplina: Processo Penal III. Conteúdo: Decisões Judiciais. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 4 e o Perfil 2. Competências - C4 (Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito). A questão aborda o tema decisões judiciais, o que força o aluno a dominá-lo para solução da questão, o aluno que apresentar esta competência alcançará a solução do problema, principalmente por ser área fundamental a todas as áreas das Ciências Criminais, em especial Direito Processual Penal. Perfil do egresso – P2 (Capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica). O egresso deve desenvolver a capacidade de domínio, identificação e aplicação dos conceitos e terminologias próprias das Ciências Criminais, o que irá encontrar em diversas oportunidades na sua vida profissional, o que significa um primeiro passo para a correta interpretação e aplicação da providência necessária à solução de casos concretos.

JUSTIFICATIVA

Letra a – ERRADA. Doutrina e jurisprudência não admitem, em regra, a chamada fundamentação *per relationem*, onde o magistrado faz simples menção aos argumentos das partes. Em que pese isto, em decisões interlocutórias, é possível este tipo de fundamentação, ainda mais quando a manifestação da parte já contém fundamentos

suficientes para justificar o deferimento de determinada medida, um exemplo disso seria a decretação de prisão preventiva ou temporária (nesse sentido: STJ, 5ª Turma, HC nº 29.293/SC, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 10/05/2004, p. 312 e STF, 1ª Turma, HC nº 102.864/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 03/08/2020, Dje 173, 16/09/2010). Letra b – ERRADA. O reconhecimento da imputação, mas com declaração de extinção da punibilidade não é exemplo de decisão vazia, mas de decisão autofágica. Decisões vazias são aquelas passíveis de anulação por falta de fundamentação e, portanto, devem ser declaradas nulas (art. 93, IX, da CF). Letra c – ERRADA. Ainda que o juiz vislumbre a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, é fundamental que o juiz determine o regime inicial de cumprimento de pena, pois sempre é possível que o réu descumpra injustificadamente alguma restrição determinada na decisão, ou seja, a pena restritiva de direitos pode ser convertida em privativa de liberdade, daí a necessidade de que o juiz determine o regime inicial de cumprimento de pena (fechado, semi-aberto ou aberto) – arts. 34 a 36 do CP e arts. 110 a 119 da LEP. Letra d – ERRADA. De fato o cumprimento da pena é efeito obrigatório da sentença penal condenatória, mas somente após o trânsito em julgado da sentença, é o entendimento mais recente do STF nas ADC's nº 43, 44 e 54 – princípio da presunção de inocência. Letra e – CERTA. Em processo penal a intimação da sentença penal condenatória deve ser sempre direcionada à parte e seu advogado, já que ambos detêm legitimidade para interposição de recurso, independentemente da vontade do outro. Portanto, visando a promoção do duplo grau de jurisdição e a arguição de eventual nulidade é necessário o cumprimento desta regra em Processo Penal. Gabarito: Letra E.

REFERÊNCIAS

Não foram utilizadas referências da doutrina, a matéria é objeto de todos os manuais de Processo Penal, contudo, algumas referências da jurisprudência constam do rol de alternativas: (STJ, 5ª Turma, HC nº 29.293/SC, Rel. Min. Jorge Scartezini, DJ 10/05/2004, p. 312 e STF, 1ª Turma, HC nº 102.864/SP, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 03/08/2020, Dje 173, 16/09/2010, STF, ADC's nº 43, 44 e 54).

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

49. (UNIFESO, 2020) “Por unanimidade, o Tribunal de Justiça de São Paulo mandou soltar, nesta sexta-feira, 02. mar.18, um pai que estava preso há um ano injustamente por estuprar os filhos. Na época, as crianças tinham 8 e 6 anos de idade. O vendedor Atercino Ferreira de Lima Filho, de 51 anos, foi condenado a 27 anos de prisão por um crime que não cometeu. A sentença que o pôs atrás das grades foi baseada no depoimento dos seus filhos. Os filhos admitiram, posteriormente, que foram obrigadas a mentir sobre os abusos para prejudicar o pai, que estava separado da mãe.”

(Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/justica-de-sp-manda-soltar-homem-que-foi-condenado-injustamente-por-abusar-sexualmente-dos-filhos.ghtml>)

Nesse contexto fático, indaga-se:

(A) É vedada discussão sobre indenização por erro judiciário em sede de revisão criminal, devendo ser proposta ação própria em caso de revisão procedente.

(B) É cabível a revisão criminal da sentença absolutória imprópria.

(C) Em virtude da soberania dos veredictos, é vedada a revisão criminal de sentença do Tribunal do Júri.

(D) Sem a falsidade da prova utilizada para condenar o réu ou de nova prova capaz de inocentá-lo não há possibilidade jurídica do pedido de revisão criminal.

(E) Ao contrário do *habeas corpus*, é necessária capacidade postulatória para a revisão criminal.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca de entendimento legal e jurisprudencial sobre o tema Revisão Criminal, bem como reflexão sobre erro judiciário, sua tratativa legal e hipóteses fáticas. Disciplina: Direito Processual Penal III. Conteúdo: Revisão Criminal. Competências e Perfil: Busca-se com a questão desenvolver no estudante avaliado a Competência 1 e o Perfil 2. C1 – interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas. P2 - “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Disciplina: Processo Penal.

JUSTIFICATIVA

A - está incorreta à luz do artigo 630 do CPP; B - está correta, apesar do artigo 621, II, falar em sentença condenatória, por impor sanção, a sentença absolutória imprópria é também passível de revisão criminal, e.g., aplicação de medida de segurança embasada em um laudo médico falso; C - está incorreta, a reforma poderá, inclusive, ser promovida pelo próprio Tribunal competente, sem necessidade de novo julgamento em plenário. Neste sentido: “[...] existindo defeitos na prestação jurisdicional do tribunal popular, sobrepõem-se à soberania dos veredictos as garantias constitucionais da liberdade e dignidade do indivíduo, aliadas ao princípio da amplitude de defesa (art. 5º, LV, da CF), permitindo que o sentenciado tenha sua condenação revista e sejam supridas as falhas que culminaram na prestação jurisdicional errônea. Ademais, a instituição do Tribunal do Júri foi criada em benefício do réu, sendo ilógico utilizá-la para prejudicá-lo.” (BONFIM, 2012); D - está incorreta, texto contrário ao disposto no artigo 622 do CPP; E - está incorreta, a legitimação ativa ordinária pelo próprio réu, conforme 623 do CPP. Gabarito: Letra B.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. Curso de processo penal. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2016. Cap. 16, p. 1015 BONFIM, Edilson Mougenot. Código de processo penal anotado / Edilson Mougenot Bonfim. – 4. ed. atual. De acordo com a Lei n.12.403/2011 (prisão) – São Paulo: Saraiva, 2012. Capítulo referente à revisão criminal e sentença criminal.

CATEGORIA

Direito Penal e Processo Penal.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

50. (UNIFESO, 2020) Leia o trecho abaixo:

“A Receita Federal exigiu indevidamente dos trabalhadores o recolhimento do imposto de renda sobre verbas de natureza indenizatória, recebidas em ações trabalhistas ou civis. Estes valores, por sua natureza, não geram acréscimos patrimoniais para constituir a renda, definida no artigo 43 do CTN.” (DE OLIVEIRA, Jorge Rubem Folena.

Disponível em <https://www.migalhas.com.br/depeso/113932/a-jurisprudencia-do-stj-sobre-o-imposto-de-renda-e-as-indenizacoes>.)

Considerando o exposto acima, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

I- Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça não haverá incidência de imposto de renda sobre indenização recebida exclusivamente por danos morais.

PORQUE:

II- A verba percebida a título de dano moral tem a natureza jurídica de indenização, cujo objetivo precípuo é a reparação do sofrimento e da dor da vítima ou de seus parentes, causados pela lesão de direito.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta:

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições falsas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento o discente acerca do entendimento doutrinário e jurisprudencial do fato gerador do Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Disciplina: Direito Tributário.

JUSTIFICATIVA

Trata-se do fato gerador do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, previsto na CF art. 153, inciso III, e CTN artigo 43. Segundo o doutrinador Hugo de Brito Machado, “renda é sempre um produto, um resultado, quer do trabalho, quer do capital, quer da combinação desses dois fatores. Os demais acréscimos patrimoniais que não se comportem no conceito de renda são proventos”. Assim o fato gerador do IR será sempre um acréscimo patrimonial, entretanto no caso a indenização por danos morais tem natureza de indenização (recompondo o patrimônio do lesado), logo não há acréscimo patrimonial. Nesse sentido temos a Súmula 498 do STJ: Não incide imposto de renda sobre a indenização por danos morais. “A verba percebida a título de dano moral tem a natureza jurídica de indenização - cujo objetivo precípuo é a reparação do sofrimento e da dor da vítima ou de seus parentes, causados pela lesão de direito, razão pela qual torna-se infensa à incidência do imposto de renda, porquanto inexistente qualquer acréscimo patrimonial. (AgRg no Ag 1021368 RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/05/2009, DJe 25/06/2009). Almeja-se um perfil do egresso com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. (P2). Conforme justificativa apresentada, ambas as asserções estão corretas eis que a segunda explica os fundamentos da primeira, logo a opção “A” está correta.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil; Código Tributário Nacional;

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de Asserção ou Razão.

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese.

51. (FCC TJ-AP, 2014) Leia o caso hipotético abaixo:

Pessoa física domiciliada em Florianópolis-SC recebe em sua casa notebook para uso domiciliar adquirido por meio de compra feita pela internet diretamente de empresa de informática estabelecida em São Paulo. Considere as seguintes afirmações a respeito da cobrança do ICMS devido nesta operação.

I - A alíquota do imposto a ser cobrada do contribuinte deve ser a interestadual.

II - Caberá ao estado de Santa Catarina o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.

III - O estado de São Paulo deve aplicar a alíquota interna, recebendo todo o imposto por essa operação.

Quais das assertivas acima estão corretas.

(A) V, V, V.

(B) F, V, V.

(C) V, F, F.

(D) V, V, F.

(E) F, F, V.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da legislação pertinente ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) previsto na CF artigo 155, inciso II e disciplina pela Lei complementar nº 8. Disciplina: Direito Tributário.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de operação de circulação de mercadoria interestadual, que sofreu modificação pela entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 87 (Emenda do Comércio Eletrônico), a qual trouxe modificação na cobrança do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais não contribuintes do imposto. Artigo 155, § 2º, inciso VII da Cf. “ nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.” Almeja-se um perfil do egresso capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais (P3). Conforme o texto constitucional nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual, assim somente é falsa a afirmação do item III, logo a opção correta “D”.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil; Código Tributário Nacional; Lei Complementar nº 87.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

52. (UNIFESO, 2020) Leia o caso hipotético abaixo:

SANTUÁRIO VENDA DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO LTDA tem seu quadro societário composto por 4 sócios: (i) Seiya que é titular de quotas correspondentes a 70% do capital social; (ii) Shiryu, Hyoga e Shun que titularizam quotas correspondentes a 10%, cada um. Shun, que é administrador da sociedade, realizou vendas de algumas obras de arte no exercício regular de gestão dos negócios. Todavia, entenderam os demais sócios que as vendas foram concretizadas por valor bem inferior ao de mercado e que tal conduta favorecia flagrantemente o adquirente, pessoa jurídica que tem como um dos seus sócios o Sr. Ikki, irmão de Shun. Com fundamento em tal conduta, Seiya, Shiryu e Hyoga decidem excluir Shun da sociedade, chegando a impedir seu acesso à sede da sociedade. Considerando a situação exposta, seria acertado dizer que:

I. Shun só poderá ser excluído da sociedade por decisão judicial proferida em ação de dissolução parcial da sociedade, até mesmo para que Shun tenha a oportunidade de exercer o contraditório.

II. Somente na hipótese de exclusão de Seiya se faria indispensável intervenção judicial para exclusão de sócio por justa causa, mostrando-se, assim, perfeitamente possível a imediata expulsão de Shun a partir da deliberação de Shiryu e Hyoga.

III. Se mostra válida a deliberação dos sócios pela exclusão de Shun, desde que ele tenha sido cientificado e a ele tenha sido dada a oportunidade de exercer o direito de defesa, segundo previsto no contrato social.

IV. A deliberação pela exclusão de Shun, com alteração do contrato social, deve ser tomada por sócios que representem mais da metade do capital social, não necessitando de maioria qualificada de 3/4.

É correto o que se afirma em:

(A) Somente nas proposições I e II.

(B) Somente nas proposições I e IV.

(C) Somente nas proposições III e IV.

(D) Somente nas proposições II e IV.

(E) Somente nas proposições I e III.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca da possibilidade de exclusão de sócio da sociedade limitada, bem como do procedimento legalmente instituído para a exclusão de sócios nessas sociedades. A competência observada é a de “dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito” (C4). Disciplina: Direito Empresarial e Societário.

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de aprofundamento na disciplina de Direito Empresarial e Societário, a fim de melhor compreender a dinâmica das relações entre shareholders e empresários, a importância da questão se justifica em verificar no discente a consolidação dos institutos e tópicos relacionados ao regime de exclusão dos sócios dentro das sociedades limitadas. Almeja-se um perfil do egresso com “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. (P2). A afirmativa III está correta. De acordo com o art. 1.085 do Código Civil, “ressalvado o disposto no art. 1.030, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social, desde que prevista neste a exclusão por justa causa”. Da mesma forma, por força do mesmo artigo, a afirmativa IV também está correta. As afirmativas I e II estão incorretas. Logo, a alternativa correta é letra “C”.

REFERÊNCIAS

Santa, C. A. Direito Empresarial - Volume Único, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985523/>. Acesso em: 17 Aug 2020, p. 375.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise

53. (VUNESP TJRJ, 2019) Leia o caso hipotético abaixo:

Luís Hamilton comprou um carro em uma loja Mercedes e emitiu um cheque do Banco Bradesco em 09 de maio, preenchendo a data de emissão correta, mas combinando oralmente com o vendedor que ele deveria depositá-lo apenas em 15 de junho do mesmo ano. O vendedor endossou o cheque emitido por Luís Hamilton a um de seus fornecedores, sem mencionar o que fora verbalmente combinado. O endossatário apresentou o título ao Banco Bradesco antes de 15 de junho. O cheque foi devolvido por insuficiência de fundos, e o nome de Luís Hamilton foi inserido no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF) pelo Banco do Brasil, gestor do referido cadastro, sem que este o notificasse previamente.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

(A) A devolução do cheque por insuficiência de fundos implica em responsabilização tanto do vendedor perante Luís Hamilton, quanto do Banco do Brasil, pela inserção do nome de Luís Hamilton no CCF sem prévia notificação.

(B) A apresentação do cheque ao Banco Bradesco pelo fornecedor antes da data combinada entre Luís Hamilton e o vendedor caracteriza dano moral imputável ao fornecedor.

(C) As ações do Banco do Brasil e do fornecedor endossatário não caracterizam dano moral.

(D) A devolução do cheque por insuficiência de fundos não implica em responsabilização do Banco Bradesco por dano moral, mas a inserção do nome de Luís Hamiltom no CCF sem prévia notificação pelo Banco do Brasil caracteriza dano moral, imputável a este.

(E) A devolução do cheque por insuficiência de fundos pelo Banco Bradesco foi indevida, caracterizando dano moral.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca da auto executoriedade dos títulos de crédito, bem como da responsabilidade do endossante sobre o título de crédito endossado. A competência observada é a de “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas” (C1). Disciplina: Direito Creditício.

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de aprofundamento na disciplina de Direito Creditício, a fim de melhor compreender as relações baseadas nas trocas de título de créditos e as suas consequências, a importância da questão se justifica em verificar no discente a consolidação dos conhecimentos relacionados a força executiva dos títulos de crédito, à literalidade e à responsabilidade dos sujeitos das relações creditórias. Almeja-se um perfil do egresso com “capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais”. (P4). A alternativa C está correta, uma vez que a pré-datação não constava escrita no título (literalidade) e que o fornecedor endossatário não tinha o conhecimento do acordo oral feito entre a Luís Hamiltom e a loja. Assim, em razão da boa-fé, o fornecedor endossatário não poderia ser responsabilizado. Trata-se do princípio da literalidade, atributo dos títulos de crédito. Também, não há responsabilidade do Banco do Brasil, de acordo com a Súmula 572 do STJ. Logo, a alternativa correta é letra “C”.

REFERÊNCIAS

Santa, C. A. Direito Empresarial - Volume Único, 9ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530985523/>. Acesso em: 17 Aug 2020, p. 534 e 560.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Fácil.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

54. (TJ-SC-Titular de Serviços de Notas e de Registros-2020) No tocante à recuperação de empresas, quais das assertivas abaixo estão corretas.

I. É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

II. São exigíveis do devedor, na recuperação de empresas, as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência.

III. O deferimento do processamento da recuperação judicial não suspende o curso da prescrição, nem tampouco o curso das ações e execuções em face do devedor.

IV. As pessoas jurídicas poderão ser nomeadas para o exercício da atividade de administrador judicial.

(A) Somente as proposições I e IV estão corretas.

(B) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

(C) Somente as proposições II e III estão corretas.

(D) Somente as proposições I, II e III estão corretas.

(E) Todas as proposições estão corretas.

INTENÇÃO

A questão busca verificar o conhecimento do estudante acerca da legislação pertinente ao processo de recuperação judicial e sua legislação. Disciplina: Direito Concursal.

JUSTIFICATIVA

Considerando a necessidade de aprofundamento na disciplina do Direito Concursal, a fim de melhor compreender a dinâmica do processo de recuperação judicial previsto na Lei nº 11.101/2005, a importância da questão se justifica em verificar no discente a consolidação dos institutos e tópicos relacionados ao regime de recuperação judicial dentro das sociedades. Almeja-se um perfil do egresso com “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. (P2). A afirmativa I está correta conforme previsto no artigo 3 da Lei nº 11.101/2005; A afirmativa II é incorreta, eis que o artigo 5º da Lei nº 11.101/2005, estabelece que: “não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor; A afirmativa III também é incorreta na forma do artigo 6º, inciso III da Lei nº 11.101/2005 eis que ao decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor; A afirmativa IV está correta na forma do artigo 21 de Lei nº 11.101/2005. Logo, a alternativa correta é letra “A”. Almeja-se um perfil do egresso com capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica. (P2).

REFERÊNCIAS

CAMPINHO, Sérgio. Falência e recuperação de empresa: o novo regime de insolvência empresarial. 6ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. Cap. 6.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Médio.

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Síntese.

55. (FUNDEP, 2019) Analise os seguintes itens referentes aos atos processuais e aos ritos procedimentais afetos ao processo judiciário do trabalho.

I. O *jus postulandi* das partes, assegurado pela CLT, deve ser interpretado de forma ampla e alcança a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do TST.

II. As fundações públicas municipais, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores, devem promover a juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.

III. O indeferimento da petição inicial, por encontrar-se desacompanhada de documento indispensável à propositura da ação, em regra prescinde de intimação prévia do reclamante para suprir a irregularidade.

IV. Nos termos da lei, o não comparecimento do reclamante à audiência de julgamento importa o arquivamento da reclamação e a condenação do ausente ao pagamento de multa por litigância de má-fé, ainda que beneficiário da justiça gratuita.

Nesse contexto, pode-se afirmar:

(A) Todos os itens são corretos.

(B) Todos os itens são incorretos.

(C) São corretos os itens II e III, apenas.

(D) São corretos os itens I e IV, apenas.

(E) São corretos os itens I e II apenas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das peculiaridades do processo do trabalho. As competências verificadas são C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Disciplina: Direito Processual do Trabalho.

JUSTIFICATIVA

A questão se justifica ao exigir o conhecimento acerca das peculiaridades que regem o processo do trabalho e que sofreu diversas alterações pela lei nº 13.467/17. O item “I” está incorreto consoante Súmula 425 TST. O item “II” está incorreto conforme Súmula 436 TST. O item “III” incorreto conforme Súmula 263 TST. O item IV está incorreto de acordo com o artigo 844, CLT. Logo, o gabarito da questão é letra “B”.

REFERÊNCIAS

Disponível em: < FUNDEP (Gestão de Concursos) - 2019 - Prefeitura de Contagem - MG - Procurador Municipal >.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

56. (MPT, 2020) Analise as assertivas abaixo:

I - O processo de homologação de acordo extrajudicial tem início por petição conjunta, não sendo obrigatória a representação das partes por advogado. Todavia, caso façam a opção pela representação, não poderão fazê-la por advogado comum.

II – Da decisão proferida em primeiro grau na fase de execução no incidente de desconsideração da personalidade jurídica caberá, no Processo do Trabalho, agravo de petição, desde que garantido o juízo.

III – De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, caso o empregado não possa comparecer pessoalmente à audiência de julgamento, por doença ou qualquer outro motivo poderoso, devidamente comprovado, poderá ser representado por outro empregado que pertença à mesma profissão.

Assinale a alternativa correta:

(A) Todas as assertivas estão incorretas.

(B) Apenas a assertiva I está incorreta.

(C) Apenas a assertiva II está incorreta.

(D) Apenas a assertiva III está correta.

(E) Todas as assertivas estão corretas.

Intenção: A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das peculiaridades do processo do trabalho trazidas com a reforma trabalhista, lei 13.467/2017. As competências verificadas são C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Disciplina: Direito Processual do Trabalho.

Justificativa: A questão se justifica ao exigir o conhecimento acerca dos procedimentos que regem o processo do trabalho e que sofreu diversas alterações pela lei nº 13.467/17. A letra “a” está incorreta, pois a assertiva II está correta. A letra “b” está incorreta conforme Art. 855-B, CLT. A letra “c” está incorreta conforme o artigo Art. 855-A, § 1º, CLT. A letra “d” está correta de acordo com Art. 843, § 2º, CLT. A letra “e” está incorreta de acordo com os artigos anteriores mencionados todos da CLT. Logo, o gabarito da questão é letra “D”.

Referências: Disponível em: < MPT - 2020 - MPT - Procurador do Trabalho >.

Categoria: Empresa, Trabalho e Tributo.

Dificuldade: Média

Tipo de Questão: Questão de resposta múltipla.

Domínio Cognitivo: Análise.

(FEPESE, 2020) Analise as afirmativas a seguir, referentes à terceirização.

I. A lei, superando entendimento consolidado do TST, autoriza que o contrato de trabalho temporário verse sobre o desenvolvimento de atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.

II. Segundo expressa disposição legal, qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

III. Não respondem solidariamente os entes integrantes da Administração Pública direta caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da prestadora de serviço como empregadora.

IV. Conforme jurisprudência do TST, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta.

Nesse contexto, pode-se afirmar:

- (A) Todas as afirmativas são corretas.**
- (B) Todas as afirmativas são incorretas.
- (C) São corretas as afirmativas I e IV, apenas.
- (D) São corretas as afirmativas II e III, apenas.
- (E) São corretas as afirmativas I e II, apenas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das modificações ocorridas na legislação trabalhista. As competências verificadas são C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Disciplina: Direito do Trabalho II.

JUSTIFICATIVA

A questão se justifica ao exigir o conhecimento acerca do trabalho temporário, previsto na lei nº 6.019/74, e que sofreu diversas alterações pela lei nº 13.429/17. O item “I” está correto. Art. 9º, § 3º, Lei nº 6.019/74 O item “II” também está correto, Art. 10, Lei nº 6.019/74. O item “III” está correto conforme Súmula 331, V, TST. O item IV está correto conforme Súmula 331, II, TST. Logo, o gabarito da questão é letra “A”.

REFERÊNCIAS

Disponível em: < FEPESE - 2020 - Prefeitura de Itajaí - SC - Assistente Jurídico >.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

57. (FEPESE, 2020) Analise as afirmativas a seguir, referentes à terceirização.

I. A lei, superando entendimento consolidado do TST, autoriza que o contrato de trabalho temporário verse sobre o desenvolvimento de atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços.

II. Segundo expressa disposição legal, qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário.

III. Não respondem solidariamente os entes integrantes da Administração Pública direta caso evidenciada a sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais da prestadora de serviço como empregadora.

IV. Conforme jurisprudência do TST, não gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional a contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta.

Nesse contexto, pode-se afirmar:

(A) Todas as afirmativas são corretas.

(B) Todas as afirmativas são incorretas.

(C) São corretas as afirmativas I e IV, apenas.

(D) São corretas as afirmativas II e III, apenas.

(E) São corretas as afirmativas I e II, apenas.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das modificações ocorridas na legislação trabalhista. As competências verificadas são C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Disciplina: Direito do Trabalho II.

JUSTIFICATIVA

A questão se justifica ao exigir o conhecimento acerca do trabalho temporário, previsto na lei nº 6.019/74, e que sofreu diversas alterações pela lei nº 13.429/17. O item “I” está correto. Art. 9º, § 3º, Lei nº 6.019/74 O item “II” também está correto, Art. 10, Lei nº 6.019/74. O item “III” está correto conforme Súmula 331, V, TST. O item IV está correto conforme Súmula 331, II, TST. Logo, o gabarito da questão é letra “A”.

REFERÊNCIAS

Disponível em: < FEPESE - 2020 - Prefeitura de Itajaí - SC - Assistente Jurídico >.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta múltipla.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.

58. (UNIFESO, 2020) Alberto, empregado da empresa Alfa, ajuizou com reclamação trabalhista em face de sua empregadora afirmando que diariamente prestava três horas de jornada extraordinária em que pese nunca tenha recebido horas extras. Como prova, Alberto juntou os relatórios de login no sistema informatizado utilizado na empresa.

Alfa contestou a alegação e apresentou cartões de ponto com horários de entrada e saída uniformes (ponto britânico), além de informar que, no ato da contratação, todos os empregados renunciam à percepção de horas extras.

A partir da análise do caso hipotético, assinale a alternativa INCORRETA:

(A) Os cartões de ponto afastam o direito à percepção de horas extras, razão pela qual o pedido deve ser julgado improcedente;

(B) Em razão do princípio da primazia da realidade, o Juiz não precisa se vincular ao formalmente pactuado e deve apurar a verdade dos fatos;

(C) A cláusula de renúncia à percepção de horas extras não é válida, em razão do princípio da irrenunciabilidade dos direitos trabalhistas;

- (D) As normas que disciplinam a jornada de trabalho não podem ser afastadas pela simples manifestação de vontade das partes, em razão da imperatividade das normas trabalhistas;
- (E) Em regra, é considerado nulo qualquer ato que limite ou impeça direito individual, não podendo o trabalhador renunciar à percepção do pagamento pelas horas extraordinárias.

INTENÇÃO

O discente deve ser capaz de compreender a aplicação dos princípios do direito do trabalho na aplicação das normas, desenvolvendo o raciocínio com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”; Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica “Disciplina: Direito do Trabalho I.

JUSTIFICATIVA

O discente precisa reunir condições de desenvolver o raciocínio jurídico dos ramos do direito trabalhista, uma vez que a construção legislativa e jurisprudencial decorre dos princípios norteadores do Direito do Trabalho. Logo, o gabarito da questão é letra “A”.

REFERÊNCIAS

Art. 9º, CLT. Súmula nº 338, III do TST.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação.

59. (UNIFESO, 2020) Joana trabalha na residência de Carlos duas vezes na semana como cozinheira. Nas terças, ela cozinha o almoço da família, armazena em potes e congela para que eles consumam durante a semana. E as quintas, Joana prepara trufas de chocolate que são vendidas no restaurante de Carlos. Sua remuneração é realizada mensalmente e sua CTPS não foi assinada. Quando Joana falta ao trabalho, Carlos desconta do salário, e o patrão não permite que ela seja substituída por outra pessoa.

Joana procura você como advogado (a), questionando se sobre seu vínculo jurídico com Carlos. De acordo com a legislação em vigor, assinale a alternativa correta:

(A) Joana não pode ser considerada empregada doméstica porque só trabalha duas vezes por semana na casa de Carlos;

(B) Joana deve ter seu vínculo anotado na carteira de trabalho como cozinheira, pois exerce a atividade de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal;

(C) O fato de Carlos vender as trufas feitas por Joana não afasta a relação de emprego doméstico, ainda que haja finalidade lucrativa, pois o trabalho é realizado na residência do patrão;

(D) Joana é considerada empregada eventual, pois só trabalha duas vezes na semana;

(E) Joana é considerada empregada autônoma, pois labora sem anotação na carteira de trabalho.

INTENÇÃO

O discente deve ser capaz de compreender os conceitos jurídicos e utilizar corretamente as terminologias e categorias jurídicas; Competências verificadas: C4 – dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito; C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”; Perfil do egresso: P2: “capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica”. Disciplina: Direito do Trabalho I.

JUSTIFICATIVA

O discente precisa reunir condições de desenvolver o raciocínio jurídico capaz de reconhecer, nos casos concretos, a diferença entre relação de emprego e relação de trabalho, e dominar as terminologias jurídicas relacionadas às diversas relações de trabalho. Logo, o gabarito da questão é letra “B”.

REFERÊNCIAS

Legislação (CLT) art. 3º da CLT. Art. 1º da Lei Complementar nº 150.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Aplicação

60. (VUNESP, 2019) Acerca da jornada de trabalho e do teletrabalho, assinale a alternativa correta.

(A) O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, quando fornecido pelo empregador, será computado na jornada de trabalho, por ser tempo à disposição deste.

(B) A remuneração da hora extra será, pelo menos, 100% (cem por cento) superior à da hora normal.

(C) É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

(D) O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento descaracteriza o regime de teletrabalho.

(E) A hora do trabalho noturno será computada como de cinquenta e quatro minutos e trinta segundos.

INTENÇÃO

A questão é voltada a verificar o conhecimento do discente acerca das modificações ocorridas na legislação trabalhista e introduzidas pela denominada reforma trabalhista lei 13.467/2017 especialmente quanto à jornada de trabalho. As competências verificadas são C1: “interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional,

observando a experiência estrangeira e comparada quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas”. C5 – adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito. Disciplina: Direito do Trabalho II.

JUSTIFICATIVA

A questão se justifica ao exigir o conhecimento acerca das normas que regem a duração do trabalho prevista na CLT, e que sofreu diversas alterações pela lei nº 13.467/17. A letra “a” está errada conforme redação do artigo 58 - § 2º da CLT. A letra “b” está errada conforme redação do artigo. 59 - § 1º da CLT. A letra “C” está correta conforme redação do art. 59 - § 6º da CLT. A letra “d” está incorreta de acordo com artigo 75-B da CLT. A letra “e” está incorreta de acordo com artigo 73 § 1º da CLT. Logo, o gabarito da questão é letra “C”.

REFERÊNCIAS

Disponível em: < VUNESP - 2019 - Prefeitura de São José dos Campos - SP - Procurador >.

CATEGORIA

Empresa, Trabalho e Tributo.

DIFICULDADE

Média

TIPO DE QUESTÃO

Questão de resposta única.

DOMÍNIO COGNITIVO

Análise.